

CAPÍTULO II

FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1 DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO

A classificação da despesa orçamentária por *Função de Governo* corresponde ao maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público. É uma classificação que agrupa as diversas ações de Governo em grandes áreas de sua atuação, para fins de planejamento, programação e orçamento.

A tabela a seguir apresenta a despesa realizada por funções nos exercícios de 2000 a 2004, bem como os respectivos percentuais de variação entre este último exercício e os demais. Em relação a 2004:

TABELA 2.1.1
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO
EXERCÍCIOS DE 2000 A 2004 — EM VALORES CONSTANTES

Em R\$ 1,00

FUNÇÕES	2000 (A)	2001 (B)	2002 (C)	2003 (D)	2004 (E)	% (G/A)	% (G/B)	% (G/C)	% (G/D)
Tipicas de Estado	922.972.933	1.145.722.434	1.335.448.203	1.552.128.934	1.642.538.700	77,96	43,36	23,00	9,35
Legislativa	138.214.576	165.584.054	191.600.261	197.057.407	212.912.099	52,94	28,58	11,09	8,03
Judiciária	198.156.686	259.462.314	301.143.844	376.631.950	9.701.641	(95,05)	(96,26)	(96,78)	(97,42)
Essencial à Justiça	98.178.992	112.471.844	127.539.972	152.380.875	563.323.378	473,77	400,86	341,68	269,68
Segurança Pública	489.421.499	606.204.223	715.105.126	776.028.701	856.601.582	75,02	40,84	19,79	10,38
Administração Geral	1.396.018.905	401.494.820	1.567.247.371	489.248.856	569.966.815	(59,17)	41,96	(63,63)	16,50
Administração	1.396.018.905	401.494.820	1.567.247.371	489.248.856	569.966.815	(59,17)	41,96	(63,63)	16,50
Sociais	1.251.496.420	2.174.625.231	2.389.144.122	2.631.298.400	2.563.950.592	104,87	17,90	7,32	(2,56)
Assistência Social	15.058.929	24.173.179	24.262.763	23.459.647	3.017.679	(79,96)	(67,52)	(87,56)	(87,14)
Previdência Social	0	325.274.970	306.768.551	337.843.034	339.611.247	-	4,41	10,71	0,52
Saúde	216.121.203	520.301.096	604.044.867	789.901.090	830.847.984	284,44	59,69	27,03	5,18
Trabalho	44.948.610	113.368.450	40.118.802	22.023.073	6.648.950	(85,21)	(94,14)	(83,43)	(69,81)
Educação	952.076.812	1.118.082.848	1.289.667.884	1.376.713.791	1.383.376.677	43,20	21,94	5,72	(0,97)
Cultura	490.795	10.325.912	12.375.110	12.457.034	12.053.290	2.355,87	16,73	(2,60)	(3,24)
Dir. da Cidadania	22.800.071	57.704.233	53.559.417	62.920.122	0	(100)	(100)	(100)	(100)
Desporto e Lazer	0	5.394.543	8.346.727	5.920.604	8.394.765	-	55,62	0,58	41,79
Not. e M. Ambiente	234.791	3.196.808	5.725.041	1.644.273	15.434.414	6.473,67	382,81	169,59	736,88
Gestão Ambiental	234.791	3.196.808	5.725.041	1.644.273	15.434.414	6.473,67	382,81	169,59	736,88

continua

continuação

FUNÇÕES	2000 (A)	2001 (B)	2002 (C)	2003 (D)	2004 (E)	% (G/A)	% (G/B)	% (G/C)	% (G/D)
Infra-estrutura	10.950.682	300.650.572	356.298.478	417.555.009	324.890.652	2.966,85	8,06	(8,82)	(22,19)
Urbanismo	195.793	8.051.117	101.409	1.019.957	0	(100)	(100)	(100)	(100)
Habitação	6.570.643	7.814.335	14.432.803	6.024.991	14.237.860	116,69	82,20	(1,35)	136,31
Saneamento	0	0	141.204	428.005	0	-	-	(100,)	(100,)
Energia	0	0	0	0	0	-	-	-	-
Transporte	4.184.246	284.785.120	341.623.063	410.082.055	310.652.792	7.324,34	9,08	(9,07)	(24,25)
Produção	211.855.706	249.811.993	345.998.104	340.267.692	302.384.522	42,73	21,04	(12,81)	(11,13)
C. e Tecnologia	0	6.365.971	14.563.211	16.211.571	19.891.876	-	212,47	36,59	22,70
Agricultura	200.602.782	210.118.426	298.566.775	289.603.293	269.177.834	34,18	25,11	(8,84)	(7,05)
Indústria	579.649	19.823.492	15.596.378	13.102.038	263.500	(51,09)	(98,57)	(98,18)	(97,84)
Com. e Serviços	10.673.275	13.504.104	17.269.740	21.350.189	13.031.312	22,09	(3,50)	(24,54)	(38,98)
Subtotal	3.793.528.537	4.275.501.859	5.999.862.319	5.382.342.564	5.419.165.695	42,85	26,75	(9,68)	0,68
Encargos Especiais	2.271.973.637	1.783.031.552	2.102.533.507	2.176.081.850	2.251.936.704	(0,88)	26,30	7,11	3,49
R. Contingência	0	0,00	0	0	0	-	-	-	-
Total Geral	6.065.502.173	6.058.533.411	8.102.395.826	7.558.424.414	7.671.102.399	26,47	26,62	(5,32)	1,49

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado relativos ao período de 2000 a 2004.

Analisando-se o último quinquênio, nota-se que as funções Saúde e Segurança Pública apresentaram constante crescimento no período. A função Educação também apresentou crescimento até 2003, mas em 2004 decresceu 0,97%.

Em termos percentuais, no entanto, destaca-se o crescimento dos recursos aplicados na função Gestão Ambiental, cujos valores, aplicados em 2004, apresentam variações de 6.473,67% — em relação a 2000 — e 169,59%, em relação a 2002. No mesmo sentido, também se constata crescimento dos valores realizados em 2004 na função Essencial à Justiça, que em relação ao exercício de 2000 foi de 473,77%, e em relação a 2003 foi de 269,682%.

A função Transporte também apresentou crescimento constante até 2003. No entanto, as aplicações em 2004 foram inferiores a 2003 e 2002, em 24,25 % e 9,07%, respectivamente.

As funções Assistência Social e Indústria e Judiciária apresentaram significativa diminuição na aplicação de recursos em 2004 em comparação com 2003.

A representatividade de cada função em relação à despesa global e a relação entre as despesa autorizada e a executada está explicitada na tabela seguinte:

TABELA 2.1.2
DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO
EXERCÍCIOS DE 2004 — EM VALORES CONSTANTES

FUNÇÕES	AUTORIZADA (A)	EXECUTADA (B)	% S/ TOTAL DESPESA EXECUTADA	% (B/A)
Tipicas de Estado	1.709.659.400	1.642.538.700	21,41	96,07
Legislativa	217.072.523	212.912.099	2,78	98,08
Judiciária	22.765.000	9.701.641	0,13	42,62
Essencial à Justiça	582.981.084	563.323.378	7,34	96,63
Segurança Pública	886.840.793	856.601.582	11,17	96,59
Administração Geral	612.241.246	569.966.815	7,43	93,10
Administração	612.241.246	569.966.815	7,43	93,10
Sociais	2.887.451.310	2.563.950.592	33,42	88,80
Assistência Social	3.631.709	3.017.679	0,04	83,09
Previdência Social	348.488.803	339.611.247	4,43	97,45
Saúde	889.272.456	830.847.984	10,83	93,43
Trabalho	23.201.108	6.648.950	0,09	28,66

continua

continuação

FUNÇÕES	AUTORIZADA (A)	EXECUTADA (B)	% S/ TOTAL DESPESA EXECUTADA	% (B/A)
Educação	1.595.394.552	1.363.376.677	17,77	85,46
Cultura	12.425.313	12.053.290	0,16	97,01
Dir. da Cidadania	0	0	0,00	-
Desporto e Lazer	15.037.369	8.394.765	0,11	55,83
Natureza e Meio Ambiente	110.315.068	15.434.414	0,20	13,99
Gestão Ambiental	110.315.068	15.434.414	0,20	13,99
Infra-estrutura	1.000.455.364	324.890.652	4,24	32,47
Urbanismo	19.630.000	0	0,00	0,00
Habitação	122.116.870	14.237.860	0,19	11,66
Saneamento	300.000	0	0,00	0,00
Energia	0	0	0,00	-
Transporte	858.408.494	310.652.792	4,05	36,19
Produção	473.626.359	302.384.522	3,94	63,84
Ciência e Tecnologia	44.393.911	19.891.876	0,26	44,81
Agricultura	405.156.537	269.177.834	3,51	66,44
Indústria	290.063	283.500	0,00	97,74
Com. e Serviços	23.785.848	13.031.312	0,17	54,79
Subtotal	6.793.748.747	5.419.165.695	70,64	79,77
Encargos Especiais	2.259.955.143	2.251.936.704	29,36	99,65
R. Contingência	0	0	0,00	-
Total Geral	9.053.703.890	7.671.102.399	100,00	84,73

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado relativos ao período de 2000 a 2004.

As funções com maior representatividade em relação ao total das despesas executadas no exercício foram: Encargos Especiais (29,36%), Educação (17,77%), Segurança Pública (11,17%), Saúde (10,83%) e Administração (7,43%).

Cabe salientar que na função *Encargos Especiais* constam os pagamentos realizados pelo Estado com amortização, juros e correção monetária da dívida pública (serviço da dívida) e as transferências constitucionais aos municípios (parte do ICMS, IPVA, ITBI, IPI e CIDE). A composição dos programas da função Encargos Especiais e respectivos valores no exercício de 2004 podem ser visualizados na tabela seguinte:

TABELA 2.1.3
COMPOSIÇÃO DA FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS
EXERCÍCIO DE 2004

PROGRAMAS	VALORES	% PARTICIPAÇÃO
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	621.857.793,69	27,61
Serviço da Dívida Externa	86.211.729,27	3,83
Transferências	1.543.867.180,76	68,56
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00
TOTAL	2.251.936.703,72	100,00

Já as cinco funções com menor participação na despesa global consolidada foram, pela ordem decrescente: Comércio e Serviços (0,17%); Desporto e Lazer (0,11%), Trabalho (0,09%), Assistência Social (0,04%) e Indústria. As funções Direitos da Cidadania, Urbanismo, Saneamento e Energia não tiveram nenhum valor realizado.

Quanto aos agrupamentos funcionais, excluídos os Encargos Especiais, vê-se que, em relação ao total da despesa realizada, os percentuais de aplicação foram, pela ordem decrescente: Funções Sociais (33,42%), Funções Típicas de Estado (21,41%), Administração Geral (7,43%), Infra-estrutura (4,24%), Produção (3,94%) e Naturais e Meio Ambiente (0,20%).

Na relação entre a despesa realizada e a autorizada, as cinco funções com maior realização foram, em ordem decrescente: Encargos Especiais (99,65%); Legislativa (98,08%); Indústria (97,93%); Previdência Social (97,45%) e Cultura (97,01%).

Além das funções acima mencionadas, outras quatro — Essencial Justiça (96,63%), Segurança Pública (96,63%), Administração (93,10%) e Saúde (93,43%) — tiveram percentual de aplicação superior a noventa por cento dos valores autorizados. Na função Educação a execução atingiu 83,45% dos créditos autorizados.

As cinco funções com menor realização em relação aos valores autorizados foram: Urbanismo e Saneamento (nenhum valor executado), Habitação (11,66%), Gestão Ambiental (13,99%) e Trabalho (28,66%).

Comparando-se com a Lei Orçamentária Anual (sem as suplementações), apenas nas funções Segurança Pública (11,32%), Previdência Social (7,39%) e Encargos Especiais (5,32%) houve realização de despesas acima dos valores fixados no Orçamento inicial.

2.1.1 Função Administração

A Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam os arts. 2º e 8º da Lei Federal nº 4.320/1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, especificando que por função se entende, “o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público”. Neste sentido, a Função 04 — Administração corresponde ao nível máximo de agregação das ações que visam à tomada de decisão na administração pública, em face dos objetivos nacionais e estaduais.

A execução orçamentária da Função Administração foi realizada através das unidades orçamentárias discriminadas na tabela a seguir.

TABELA 2.1.4**EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DA FUNÇÃO 04 — ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2004**

Em R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AUTORIZADO (a)	REALIZADO (b)	% (b / a)
Encargos Gerais do Estado	49.735.287,72	49.497.320,08	99,52
Fundação Catarinense de Desportos	3.000,00	0,00	0,00
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	3.077.725,00	0,00	0,00
Fundo de Esforço Fiscal	306.068,00	306.068,00	100,00
Fundo de Melhoria da Segurança Pública	844.500,00	819.716,18	97,07
Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	1.000,00	0,00	0,00
Fundo Estadual de Saúde	1.800.000,00	1.740.342,40	96,69
Fundo para Melhoria da Polícia Militar	24.037,33	14.636,67	60,89
Fundo Rotativo de Material	19.150.000,00	5.797.234,29	30,27
Gabinete do Governador do Estado	20.381.290,57	20.356.751,74	99,88
Gabinete do Vice Governador do Estado	2.280.692,23	2.257.814,44	99,00
Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina	16.855.000,00	12.342.685,73	73,23
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	50.711.978,09	46.587.074,38	91,87
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	7.458.000,00	5.665.995,90	75,97
Procuradoria Geral do Estado	145.116,65	145.116,65	100,00
Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	7.717.048,64	7.675.743,78	99,46
Secretaria de Estado da Administração	60.727.894,28	58.454.523,80	96,26
Secretaria de Estado da Fazenda	271.123.960,11	259.949.725,59	95,88
Secretaria de Estado da Informação	36.047.499,29	36.036.307,50	99,97
Secretaria de Estado da Infra-estrutura	2.653.883,19	2.593.920,86	97,74
Secretaria de Estado da Organização do Lazer	7.090.123,74	6.479.253,87	91,38
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão	5.676.697,09	5.652.497,89	99,57
Secretaria de Estado do Desenv. Social, Urbano e Meio Ambiente	15.000.941,04	14.994.181,19	99,95
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá	1.121.848,34	1.106.711,38	98,65
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Blumenau	1.597.076,21	1.491.112,75	93,37
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Brusque	1.161.302,58	1.146.266,85	98,71
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador	1.109.558,22	1.092.028,63	98,42
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Campos Novos	905.282,59	882.306,35	97,46
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas	1.073.420,59	1.056.310,30	98,41
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó	1.250.335,85	1.210.312,76	96,80
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Concórdia	1.058.101,52	1.022.501,91	96,64
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma	1.191.656,68	1.176.958,68	98,77
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Curitiba	768.311,37	752.947,09	98,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Ibirama	982.015,93	969.506,21	98,73
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Itajaí	1.577.017,28	1.558.799,08	98,84
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Ituporanga	981.729,82	965.112,61	98,31
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	1.003.545,32	988.446,60	98,50
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba	1.140.794,09	1.121.752,62	98,33
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joinville	2.074.045,57	2.055.251,00	99,09
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Lages	1.707.827,35	1.686.510,49	98,75
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Laguna	1.067.883,36	1.045.731,23	97,93
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra	1.055.888,66	1.040.355,42	98,53
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Maravilha	989.505,72	966.206,86	97,65
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Palmitos	749.398,22	726.913,50	97,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Rio do Sul	933.436,96	907.214,28	97,19
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de S. L. do Oeste	1.032.634,74	958.954,91	92,86
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de S. M. do Oeste	1.132.280,17	1.112.217,09	98,23
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim	839.491,78	823.970,94	98,15
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São José	1.731.946,07	1.715.048,19	99,02
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Tubarão	1.260.488,39	1.109.490,91	88,02
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira	761.546,43	740.937,17	97,29
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxerê	1.171.132,91	1.170.028,04	99,91
TOTAL	612.241.245,69	569.966.814,79	93,10

■ Fonte: Balanço Geral de 2004 dos referidos Órgãos e Entidades.

Do orçamento total autorizado (R\$ 612.241.245,69) houve execução de R\$ 569.966.814,79, representando 93,10%. A Secretaria de Estado da Fazenda gerenciou a maior parcela dos recursos despendidos, correspondendo a 45,61% do valor total.

A *subfunção* representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público, podendo ser combinada com

funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas (art. 1º, §§ 3º e 4º da Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão).

A análise da despesa realizada pelos diversos órgãos e unidades orçamentárias demonstrou que as subfunções que receberam maior aporte de recursos foram 122 — Administração Geral (90,18%), 123 — Administração Financeira (8,81%) e Planejamento e Orçamento (1,28%).

TABELA 2.1.5
SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 04 — ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$			
SUBFUNÇÃO	AUTORIZADO (a)	REALIZADO (b)	% (b / a)
121 — Planejamento e Orçamento	10.618.814,91	7.192.825,27	67,74
122 — Administração Geral	538.656.486,62	508.218.907,75	94,35
123 — Administração Financeira	53.590.332,50	49.564.662,03	92,49
125 — Normatização e Fiscalização	3.200.000,00	3.117.587,10	97,42
127 — Ordenamento Territorial	75.492,00	75.492,00	100,00
128 — Formação de Recursos Humanos	2.385.357,00	882.139,28	36,98
129 — Administração de Receitas	3.711.879,44	912.318,14	24,58
361 — Ensino Fundamental	2.883,22	2.883,22	100,00
TOTAL	612.241.245,69	569.966.814,79	93,10

■ Fonte: Balanço Geral de 2004 dos referidos Órgãos e Entidades.

Programa é o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual (art. 2º, “a” da Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão).

A execução dos Programas da Função 04 — Administração demonstra que 80,78% dos recursos foram alocados no Programa 110 — Apoio Administrativo. Os demais Programas representaram 19,22% do total aplicado:

TABELA 2.1.6
PROGRAMAS DA FUNÇÃO 04 — ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$			
PROGRAMAS	AUTORIZADO (a)	REALIZADO (b)	% (b / a)
110 — Apoio Administrativo	473.064.508,00	460.435.763,69	97,33
120 — Primeira Chance	3.818.953,95	3.650.323,13	95,58
130 — Valorização do Servidor Público/Gestão Recursos Humanos	474.227,78	441.432,78	93,08
140 — Preservação do Patrimônio Documental do Estado	2.187.157,74	7.157,74	0,33
160 — Pagamento de Pensões Especiais	22.284.151,97	22.279.393,42	99,98
170 — Modernização da Gestão de Materiais e Serviços	19.150.000,00	5.797.234,29	30,27
480 — Descentralização Financeira e Física da Educação	2.883,22	2.883,22	100,00
510 — Gerenciamento de Informação para o Desenv. Catarinense	76.192,00	76.192,00	100,00
520 — Gestão Publicidade, Propag. e Marketing — Governo de SC	31.752.382,49	31.752.382,49	100,00
550 — Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado	2.321.529,92	1.193.375,06	51,40
580 — Promoção da Competitividade da Economia Catarinense	3.257.425,00	179.700,00	5,52
590 — Modernização da Administração Fazendária	21.061.890,63	11.458.000,16	54,40
619 — Desenvolvimento de Estudos e Projetos de Infra-estrutura	29.449,65	29.449,65	100,00
730 — Fomento ao Desporto Catarinense	19.926,50	19.926,50	100,00
870 — Melhoria da Segurança Pública	350.000,00	350.000,00	100,00
960 — Encargos Especiais	16.948.512,03	16.948.318,98	100,00
970 — Desenvolvimento Regional e Municipal	15.442.054,81	15.345.281,68	99,37
TOTAL	612.241.245,69	569.966.814,79	93,10

■ Fonte: Lei do Orçamento de 2004 e Programa de Trabalho — Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas dos referidos Órgãos e Entidades.

Cabe salientar que na função Administração não se encontra os valores relativos ao pagamento das remunerações e encargos.

No período de agosto a outubro de 2004 o TCE/SC realizou auditoria de gestão na Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Processo AOR 04/05801130), tendo por verificar se o sistema de planejamento do orçamento do Governo do Estado é internamente consistente no que tange a conformidade entre as três peças orçamentárias, o acompanhamento da execução do orçamento através de sistemas informatizados, bem como se o planejamento avalia e utiliza informações do sistema de acompanhamento em suas atividades, tendo como referência o exercício de 2004.

A área de interesse foi o sistema de elaboração e acompanhamento das três peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), visando verificar se o sistema adotado permite um controle consistente da execução e retroalimentação do ciclo orçamentário. A auditoria permitiu as seguintes conclusões:

- a) Quanto à conformidade das três peças orçamentárias, constatou-se a consonância entre o PPA, LDO e LOA na denominação e codificação das ações, quanto ao órgão e à unidade orçamentária responsável pela execução, quanto à função, subfunção e programa, bem como à unidade de medida e às fontes de recursos em três ações selecionadas. Com relação à LDO para o Orçamento de 2004, foi publicada sem o devido Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública, prejudicando, assim, a análise da identificação quanto à denominação e codificação das ações escolhidas.
- b) Os sistemas informatizados utilizados no ciclo de planejamento permitem acompanhamento físico e financeiro da execução do orçamento, mas somente o financeiro é realizado. Tal constatação se deve a vários fatores, como a dificuldade de alimentação em razão de a tecnologia utilizada nos sistemas, bem como a dificuldade de se mensurar metas físicas e definição do fluxo de informações sobre o acompanhamento físico.

Os sistemas informatizados AAG (Sistema de Acompanhamento de Ações Governamentais) e ORC (Módulo de Trabalho das Unidades Orçamentárias) desenvolvidos pelo CIASC utilizam tecnologia obsoleta, cujo ambiente operacional não é amigável, pois ainda utilizam ambiente a caráter, e segundo afirmação dos usuários, os sistemas atuais são inadequados como ferramenta de gestão. Embora seja possível o acompanhamento financeiro e físico do orçamento (LOA e PPA), o acompanhamento das metas físicas não é realizado. Há que se destacar que devido à baixa

integração entre o sistema desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Gestão e os sistemas do CIASC, há possibilidade de ocorrência de erros como a duplicação de informações e inconsistências entre as bases de dados.

Constatou-se assim, a deficiência do sistema informatizado (ausência de integração entre sistemas ou ainda, trabalha-se com sistemas alternativos) que é um dos principais instrumentos para acompanhamento e execução do orçamento.

- c) Quanto à avaliação e utilização pelo planejamento das informações do sistema de acompanhamento para fins de planejamento, constatou-se a ausência de informações gerenciais, bem como relatórios que sirvam para a retroalimentação do planejamento e tomada de decisão superior.

Destaca-se ainda que, para que a avaliação das informações gerenciais tenha utilidade, é necessária a edição de parâmetros e critérios de avaliação das ações e programas já desenvolvidos, privilegiando a consistência, para permitir a tomada de decisão pela autoridade superior, ou seja, a estrutura do sistema informatizado deve conter indicadores e parâmetros de avaliação, base de dados, fontes das informações, fluxos que vão complementar as necessidades de informação da pessoa responsável pela decisão do planejamento.

A avaliação geral leva à conclusão de que o sistema não é internamente consistente, inexistindo um efetivo controle do sistema orçamentário. Neste sentido, o Tribunal Pleno em sessão de 20/12/2004 exarou a Decisão nº 4.177/2004, *in verbis*:

6.1. Conhecer do Relatório de Auditoria realizada na Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, com abrangência sobre o Sistema de Planejamento do Orçamento do Governo do Estado.

6.2. Conceder à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, para que apresente a este Tribunal de Contas um plano de ação estabelecendo prazos para a adoção de providências visando à regularização das restrições apontadas, relativamente às seguintes determinações e recomendações:

6.2.1. Determinações:

6.2.1.1. promova as ações necessárias para desenvolver, implantar e coordenar o Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Programas e Ações do Governo, dando cumprimento ao disposto no art. 15, IV, do Regimento Interno da SPG, aprovado pelo Decreto Estadual nº 1.706/2004;

6.2.1.2. faça constar da Prestação de Contas Anual do Administrador informações sobre as medidas adotadas pelo Órgão quanto à determinação e às recomendações desta deliberação.

6.2.2. Recomendações:

6.2.2.1. promova a compatibilização do PPA e LOA quanto à quantidade e custo total das ações governamentais (item 2.2.1 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.2. promova a atualização tecnológica e redefinição dos sistemas AAG e ORC ou a incorporação de suas funcionalidades ao sistema SIGEF, de tal forma que seja possível o cotejamento automático entre as três peças orçamentárias, quer na fase de elaboração e execução, bem como o acompanhamento físico dos programas e ações (item 2.2.2 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.3. promova a participação dos gerentes de programas e ações na elaboração do PPA, da LOA, bem como do Anexo de Metas da LDO, visando a um planejamento adequado das ações governamentais, garantindo, assim, a consonância entre as peças orçamentárias (item 2.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.4. readeque os sistemas informatizados quanto à inclusão de dados e informações necessárias à realização do planejamento (item 2.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.5. promova a articulação entre a Diretoria de Planejamento e Gestão e a Diretoria de Orçamentação com o objetivo de fazer a avaliação do sistema orçamentário como um todo, elaborando informações gerenciais e utilizando-as para a retroalimentação de planejamentos futuros, bem como subsídios à tomada de decisão superior (item 2.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.6. proceda a criação de parâmetros, indicadores sociais e critérios objetivos que permitam planejar os programas e ações que se pretende desenvolver, bem como avaliar a eficiência dos programas e ações desenvolvidas (item 2.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.7. promova a divulgação na internet da execução orçamentária com detalhamento das ações, por unidade orçamentária, de forma regionalizada, por função, subfunção e programa, mensalmente e de forma acumulada (item 2.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.8. promova a capacitação de recursos humanos na área de planejamento e orçamento a todos os gerentes de ações e programas, bem como aos servidores lotados nos setoriais e seccionais de planejamento do Estado (item 2.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.9. promova ações que visem à compatibilização do Sistema SIGEF, em desenvolvimento pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda, ao Sistema SFINGE — Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão, em implantação pelo Tribunal de Contas, visando à integração dos dados e informações sobre as contas públicas e à transparência da gestão fiscal, preconizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.1.2 Função 10 — Saúde

A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, que alterou os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescentou o art. 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu diretrizes para aplicação de recursos nas ações e serviços públicos de saúde.

De acordo com os critérios fixados na Constituição Federal, o Estado deve aplicar em *ações e serviços públicos de saúde*, a partir do exercício financeiro de 2004, o valor mínimo correspondente a 12% (doze por cento) do produto da arrecadação dos impostos estabelecidos no art. 155 da Constituição Federal, somados aos recursos provenientes da União de que tratam os arts. 157 e 159, I “a” e II, da Constituição Federal, deduzidas as transferências constitucionais aos Municípios.

Em 2000, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 2.047/2002, em consonância com a Resolução nº 316/2002, reeditada pela Resolução nº 322/2003, do Conselho Nacional de Saúde, divulgando os critérios para apuração das receitas e despesas para fins do disposto na Emenda Constitucional nº 29, como decorrência de estudos conjuntos com representantes dos Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios e da União, do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde — CONASEMS. Esses critérios podem ser assim sintetizados:

Apuração das Receitas da Base de Cálculo

- Impostos Estaduais: ICMS, IPVA, ITCMD;
- Transferências da União: Quota-Parte do FPE, Quota-Parte do IPI — Exportação, Transferências da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir);
- Imposto de Renda Retido na Fonte — IRRF;
- Outras Receitas Correntes: Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária;
- Dedução das Transferências Financeiras Constitucionais e Legais a Municípios: ICMS (25%), IPVA (50%), IPI — Exportação (25%), Lei Complementar nº 87/96 — Lei Kandir (25%)

Despesas elegíveis como ações e serviços de saúde — relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde:

- vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- vigilância sanitária;
- vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;
- educação para a saúde;
- saúde do trabalhador;
- assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

- assistência farmacêutica;
- atenção à saúde dos povos indígenas;
- capacitação de recursos humanos do SUS;
- pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde promovidos por entidades do SUS;
- produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamentos;
- saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), e outras ações de saneamento a critério do Conselho Nacional de Saúde;
- serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;
- atenção especial aos portadores de deficiência;
- ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

Despesas não computáveis:

- pagamento de aposentadorias e pensões;
- assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada);
- merenda escolar;
- saneamento básico, mesmo o previsto no inciso XII da Sexta Diretriz da Resolução nº 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde, realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ainda que excepcionalmente executado pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Saúde ou por entes a ela vinculados;
- limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);
- preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes federativos e por entidades não governamentais;
- ações de assistência social não vinculadas diretamente a execução das ações e serviços referidos na Sexta Diretriz da Resolução nº 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde e não promovidas pelos órgãos de Saúde do SUS;
- ações e serviços públicos de saúde custeadas com recursos que não os especificados na base de cálculo definida na Primeira Diretriz da Resolução nº 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde.

Para efeito de cumprimento do percentual mínimo de aplicação em ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2004 foram consideradas as despesas com inativos, a exemplo do exercício de 2003.

Para o exercício de 2005 serão consideradas as despesas liquidadas, em razão da Decisão Normativa nº TC-002/2004 e Portaria nº 471/2004, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

A tabela a seguir mostra a base de cálculo do valor mínimo a ser aplicado no exercício de 2004 em ações e serviços públicos de saúde:

TABELA 2.1.7
BASE DE CÁLCULO DA RECEITA PARA APLICAÇÃO MÍNIMA
EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE — EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

BASE DE CÁLCULO — 2004	RECEITA ARRECADADA
1. RECEITAS CORRENTES	4.845.970.026,86
1.1 Receita Tributária	4.262.165.634,49
1.1.1 Impostos	4.262.165.634,49
IRRF	212.084.844,08
IPVA	151.225.518,40
ITCMD	17.038.233,81
ICMS	3.881.817.038,20
1.2 Transferências Correntes	534.960.681,49
1.2.1 Transferências da União	534.960.681,49
1.2.1.1 Participação na Receita da União	443.382.276,49
FPE	306.332.211,53
IPI	137.050.064,96
1.2.1.2 Outras Transferências da União	91.578.405,00
Transferências Financeiras Lei nº 87/96	91.578.405,00
1.3 Outras Receitas Correntes	48.843.710,88
1.3.1 Multas e Juros de Mora dos Tributos	40.766.001,38
Multas e Juros de Mora do ICMS	30.288.493,26
Multas e Juros de Mora do IPVA	6.716.787,14
Multas e Juros de Mora do ITCMD	148.126,47
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS	3.535.810,53
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA	76.442,89
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITCMD	2.341,09
1.3.2 Receita da Dívida Ativa Tributária	8.077.709,50
Dívida Ativas do ICMS	7.660.586,07
Dívida Ativas do IPVA	412.749,64
Dívida Ativa do ITCMD	4.373,79
VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO — 12%	581.516.403,22

■ Fonte: Balancete do Razão Analítico Consolidado Geral do mês de dezembro de 2004. Já deduzidas as transferências financeiras Constitucionais e Legais a Municípios.

Cálculos: Equipe Técnica — TCE/SC.

Desta forma, a Receita de Impostos/Transferências arrecadada no exercício de 2004, apurada pelo Tribunal de Contas, atingiu o montante de R\$ 4.845.970.026,86. Nos termos do art. 77, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o valor mínimo a ser aplicado pelo Estado em ações e serviços públicos de saúde em 2004, correspondente a 12% das receitas, era de R\$ 581.516.403,22.

Inicialmente, o corpo técnico havia apurado despesas empenhadas, liquidadas e pagas pelo Estado, relativos à função 10 — Saúde, concernentes aos Recursos do Tesouro (fonte 00), no exercício financeiro de 2004, conforme demonstradas na tabela a seguir:

TABELA 2.1.8

DESPESAS EMPENHADAS, LIQUIDADAS E PAGAS- FUNÇÃO 10 — SAÚDE,
FONTE 00 (RECURSOS DO TESOUREO) — EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
Fundação Catarinense de Educação Especial	111.520,00	0,00	0,00
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	130.000,00	130.000,00	61.443,05
Secretaria de Estado da Saúde	283.045.115,78	278.970.384,17	273.618.695,98
Fundo Estadual de Saúde	262.210.740,45	179.335.659,01	111.340.060,46
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Maravilha	489,66	489,66	489,66
Secretaria de Estado do Des. Regional de São Lourenço do Oeste	978,28	978,28	978,28
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó	14.990,30	14.990,30	14.990,30
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba	1.667,45	1.667,45	1.667,45
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira	1.384,65	1.384,65	0,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Rio do Sul	3.014,50	3.014,50	3.014,50
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Ibirama	2.255,80	2.255,80	2.255,80
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Blumenau	32.398,13	32.398,13	24.398,13
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Itajaí	33.112,92	33.112,92	33.112,92
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Laguna	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Tubarão	8.191,63	8.191,63	8.191,63
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma	18.410,54	18.410,54	18.410,54
Secretaria de Estado do Des. Regional de Jaraguá do Sul	4.610,80	4.610,80	4.610,80
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra	9.200,00	9.200,00	9.200,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas	5.142,70	5.142,70	5.142,70
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Palmitos	1.812,30	1.812,30	1.812,30
TOTAL	545.636.035,89	458.574.702,84	385.149.474,50
PERCENTUAL APLICADO — %	11,25	9,46	7,94

■ Fonte: Comparativos da Despesa Orçada com a Realizada do mês de dezembro de 2004.

Posteriormente, após as contra-razões do Poder Executivo, conforme Capítulo VIII deste parecer, foi apurado o valor empenhado de R\$ 548.480.871,23, por conta dos Recursos do Tesouro do Estado (fonte 00), na função saúde, equivalendo a 11,32% da base de cálculo da receita para aplicação mínima em ações e serviços de saúde (R\$ 4.845.970.026,86).

De acordo com o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescido pela Emenda Constitucional nº 29/2000, os recursos do Estado destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde.

Assim, as despesas consideradas para efeito de cálculo do cumprimento do limite mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29/2000 estão demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 2.1.9

VALORES ALOCADOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE —
DESPESA EMPENHADA,
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADO
Secretaria de Estado da Saúde — Fonte 00	283.045.115,78
Fundo Estadual de Saúde — Fonte 00	262.210.740,45
Gerências de Saúde, vinculadas às SDR's — Fonte 00	875.983,05
Hospital de Custódia da SSP — Fonte 00	2.349.031,95
TOTAL APLICADO PELO SETOR SAÚDE	548.480.871,23
PERCENTUAL APLICADO — %	11,32%

■ Fonte: Comparativos da Despesa Orçada com a Realizada da Secretaria de Estado da Saúde e do Fundo Estadual de Saúde do mês de dezembro de 2004; e Ofício SEF/GABS nº 0498/2005, de 23/05/2005, que informa os valores das Gerências de Saúde, vinculadas às SDRs e do Hospital de Custódia da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Cálculos: Equipe Técnica — TCE/SC.

Verifica-se que o Estado de Santa Catarina, com base nos dados apresentados, empenhou R\$ 548.480.871,23 em despesas com ações e serviços públicos de saúde, correspondendo ao percentual de 11,32%.

No exercício de 2004 o Estado deveria aplicar o equivalente ao mínimo de 12% do produto da arrecadação dos impostos estabelecidos no art. 155 da Constituição Federal, somados aos recursos provenientes da União de que tratam os arts. 157 e 159, I “a” e II, da Constituição Federal, deduzidas as transferências constitucionais aos Municípios, o que correspondia a R\$ 581.516.403,22. Deste modo, considerando a despesa empenhada, observa-se que o Estado de Santa Catarina, no exercício financeiro de 2004, não aplicou o valor mínimo em ações e serviços públicos de saúde, conforme prevê o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 29/2000.

Cabe ressaltar que para fins da apuração do piso mínimo em ações e serviços públicos de saúde do exercício de 2004 o TCE/SC considerou as despesas empenhadas. A partir das contas do exercício de 2005 o TCE/SC considerará as despesas liquidadas, conforme Decisão Normativa nº 002/2004.

Levando-se em conta os Restos a Pagar vinculados à Saúde, cancelados em 2004, relativos ao exercício de 2003, cujos valores, segundo as orientações da 3ª edição do Manual de Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária aprovado pela Portaria nº 441/2003, da Secretaria do Tesouro Nacional — STN, do Ministério da Fazenda — MF, devem ser deduzidos, visto que já foram considerados em percentuais de aplicação no respectivo exercício de inscrição (2003), a aplicação em ações e serviços públicos de saúde passa a ser a seguinte:

TABELA 2.1.10

VALORES MÍNIMOS ALOCADOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, DEDUZIDOS OS RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2004, RELATIVOS A 2003 — SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE — EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Secretaria de Estado da Saúde — Fonte 00 — Despesa Empenhada em 2004	283.045.115,78
Fundo Estadual de Saúde — Fonte 00 — Despesa Empenhada em 2004	262.210.740,45
Gerências de Saúde, vinculadas às SDRs — Fonte 00	875.983,05
Hospital de Custódia da SSP — Fonte 00	2.349.031,95
TOTAL APLICADO PELO SETOR SAÚDE	548.480.871,23
PERCENTUAL APLICADO — %	11,32
Restos a Pagar Cancelados referentes a 2003 — Secretaria de Estado da Saúde — Fonte 00	3.299.639,38
Restos a Pagar Cancelados referentes a 2003 — Fundo Estadual de Saúde — Fonte 00	27.903.758,34
TOTAL APLICADO PELO SETOR SAÚDE DEDUZIDOS OS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	517.277.473,51
PERCENTUAL APLICADO — %, APÓS DEDUZIDOS OS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	10,67

■ Fonte: Comparativos da Despesa Orçada com a Realizada do mês de dezembro de 2004 da Secretaria de Estado da Saúde e do Fundo Estadual de Saúde; e Ofício nº 263/05, de 04/05/2005, do Secretário de Estado da Saúde, que informa o valor dos Restos a Pagar cancelados em 2004, relativos a 2003.

Cálculos: Equipe Técnica — TCE/SC.

Verifica-se que o Estado de Santa Catarina, levando-se em consideração a despesa empenhada e deduzidos os Restos a Pagar cancelados em 2004, relativos a 2003, aplicou em ações e serviços públicos de saúde R\$ 517.277.473,51, o que corresponderia ao percentual de percentual de 10,67%.

A execução orçamentária da Função Saúde foi realizada pela Secretaria de Estado da Saúde e pelo Fundo Estadual de Saúde, tendo a Secretaria gerenciado a maior parcela dos recursos alocados na Função, correspondendo a 51,91% do total empenhado em 2004. O Fundo Estadual de Saúde alocou 48,09% do total em 2004. Observa-se aumento na participação do Fundo Estadual de Saúde em cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000 em relação ao exercício anterior, lembrando que a Constituição exige a alocação de recursos para ações e serviços públicos em saúde por meio de fundos.

2.1.3 Função 12: Educação

No exercício de 2004 o Estado de Santa Catarina desenvolveu ações relacionadas à Educação por meio da Secretaria de Estado da Educação e Inovação a quem compete, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 243/2003 em seu art. 50:

I — desenvolver as atividades relacionadas com:

- educação, ensino e instrução pública;
- magistério;
- assistência e apoio ao educando;
- seleção, adoção e produção de tecnologias educacionais e material didático;

- e) ensino fundamental e infantil;
- f) ensino médio, com ênfase na profissionalização;
- g) ensino superior;
- h) educação especial;
- i) espaços multiuso, de forma articulada com a Secretaria de Estado da Organização do Lazer;
- j) educação de jovens, adultos e indígenas;
- II — garantir a universalização do acesso à educação;
- III — apoiar os municípios na administração do ensino fundamental e na alfabetização de jovens e adultos;
- IV — formular políticas nas áreas de educação, com ênfase para a inovação tecnológica e educacional;
- V — estabelecer e executar a política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico; e
- VI — desenvolver políticas no sentido de erradicar o analfabetismo no Estado.

Ainda no exercício de 2004 houve a descentralização de algumas ações de educação desenvolvidas pela Secretaria Central (Secretaria de Estado da Educação e Inovação), nos termos dos arts. 45 e 54 da Lei Complementar nº 243/2003, para as Secretarias de Desenvolvimento Regionais. Estas ações descentralizadas foram consideradas na apuração dos valores mínimos aplicados na *manutenção e desenvolvimento do ensino*.

Conforme o senso escolar de 2004 divulgado pelo MEC, Santa Catarina possuía 1.741.596 alunos matriculados nos diversos níveis de ensino, quando considerada a rede pública e privada de ensino, conforme tabela a seguir:

TABELA 2.1.11
SENSE ESCOLAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
EXERCÍCIO DE 2004

Dependência Administrativa	Nº de Alunos				
	Estadual	Federal	Municipal	Privada	Total
Creche	1.467	117	51.544	16.682	69.810
Pré-Escola	20.759	162	120.035	35.494	176.450
Ensino Fundamental	451.088	623	426.603	74.573	952.887
Ensino Médio (Regular)	248.865	2.865	1.212	39.095	292.037
Educação Profissional — Nível Técnico	8.691	3.896	267	12.483	25.339
Educação Especial	919	18	493	14.575	16.005
Educação de Jovens e Adultos (Supletivo Presencial)	66.635	30	26.045	14.157	106.867
Educação de Jovens e Adultos (Supletivo Semi-Presencial)	83.693	0	9.973	8.535	102.201
TOTAL	882.117	7.713	636.172	215.594	1.741.596
%	50,65%	0,44%	36,53%	12,38%	100,00%

Do total de alunos, 882.117 encontram-se matriculados na rede pública estadual, correspondendo a 50,65%. Os alunos matriculados na rede Municipal somam o total de 636.172, que corresponde a 36,53%.

2.1.3.1 Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A Constituição Federal, em seu art. 212, estabelece que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

A tabela a seguir demonstra a Receita de Impostos e Transferências arrecadados pelo Estado em 2004, considerada para a base de cálculo de aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

TABELA 2.1.12

BASE DE CÁLCULO DA RECEITA PARA APLICAÇÃO MÍNIMA NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
EXERCÍCIO DE 2004

		Em R\$
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	RECEITAS	% PARTICIPAÇÃO
Sobre o Patrimônio e a Renda	380.424.565,78	7,85%
ITBI	75.969,49	0,00%
IPVA	151.225.518,40	3,12%
IRRF	212.084.844,08	4,38%
ITCMD	17.038.233,81	0,35%
Sobre a Produção e a Circulação	3.881.817.038,20	80,10%
ICMS Estadual	3.881.817.038,20	80,10%
Participação na Receita da União	534.960.681,49	11,04%
FPE	306.332.211,53	6,32%
IPI exportação	137.050.064,96	2,83%
Lei nº 87/96 — Kandir	91.578.405,00	1,89%
Outras Receitas Correntes	48.855.943,45	1,01%
Multas e Juros de Mora de Impostos	40.778.121,08	0,84%
ICMS	30.288.493,26	0,63%
IPVA	6.716.787,14	0,14%
ITBI	11.987,16	0,00%
ITCMD	146.126,47	0,00%
Dívida Ativa — ITBI	132,54	0,00%
Dívida Ativa — ICMS	3.535.810,53	0,07%
Dívida Ativa — IPVA	76.442,89	0,00%
Dívida Ativa — ITCMD	2.341,09	0,00%
Dívida Ativa	8.077.822,37	0,17%
ICMS	7.660.586,07	0,16%
IPVA	412.749,64	0,01%
ITBI	112,87	0,00%
ITCMD	4.373,79	0,00%
TOTAL	4.846.058.228,92	100,00%

■ Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada de dezembro de 2004, expedidos pela SEF/DCOG.

Desta forma, a Receita de Impostos/Transferências arrecadada no exercício de 2004, apurada pelo TCE, atingiu o montante de R\$ 4.846.058.228,92. Nos termos do artigo 212, da Constituição Federal, 25% desse valor, que correspondem a R\$ 1.211.514.557,23, constitui o valor mínimo a ser aplicado pelo Estado em gastos com a *Manutenção e Desenvolvimento do Ensino*, no exercício de 2004.

Ressalte-se que os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no art. 208, VII, da CF, e os gastos com recursos provenientes do Salário-Educação, não podem ser considerados para efeito de cumprimento

do art. 212, da Constituição Federal, pois possuem fontes próprias de financiamento.

A tabela a seguir mostra o total das despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2004, das fontes de recursos 00 (ordinários) e 13 (Fundef), pelos órgãos da administração estadual com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

TABELA 2.1.13
DESPESAS EMPENHADAS PELO ESTADO EM EDUCAÇÃO
NAS FONTES 00 (RECURSOS DO TESOIRO) E 13 (FUNDEF)
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

SUBFUNÇÃO/FONTE DE RECURSOS	FONTE	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
122 — Administração Geral		295.580.471,20	295.224.449,37	293.039.744,10
	00	294.661.502,33	294.588.055,05	292.481.776,49
	13	918.968,87	636.394,32	557.967,61
361 — Ensino Fundamental		655.752.344,12	652.368.653,33	648.228.757,79
	00	142.336.195,96	142.328.585,96	142.124.257,97
	13	513.416.148,16	510.040.067,37	506.104.499,82
362 — Ensino Médio		145.604.961,93	145.548.604,11	143.834.152,92
	00	145.213.917,84	145.157.560,02	143.450.528,83
	13	391.044,09	391.044,09	383.624,09
363 — Ensino Profissional		2.084.127,31	2.073.556,56	1.578.726,38
	00	2.071.671,44	2.061.100,69	1.566.270,51
	13	12.455,87	12.455,87	12.455,87
364 — Ensino Superior		111.245.393,03	111.148.112,03	110.586.583,99
	00	111.245.393,03	111.148.112,03	110.586.583,99
	13	0,00	0,00	0,00
365 — Ensino Infantil		22.468.363,65	22.468.363,65	22.113.272,25
	00	22.468.363,65	22.468.363,65	22.113.272,25
	13	0,00	0,00	0,00
366 — Educação de Jovens e Adultos		29.030.456,73	29.002.366,33	28.301.707,71
	00	11.571.852,15	11.571.852,15	11.219.930,05
	13	17.458.604,58	17.430.514,18	17.081.777,66
367 — Educação Especial		18.851.869,91	18.812.095,41	18.260.124,86
	00	50.050,88	50.050,88	47.014,23
	13	18.801.819,03	18.762.044,53	18.213.110,63
TOTAL		1.280.617.987,88	1.276.646.200,79	1.265.943.070,00
	00	729.618.947,28	729.373.680,43	723.589.634,32
	13	550.999.040,60	547.272.520,36	542.353.435,68

■ Fonte: Sistema de Acompanhamento Orçamentário — Dezembro — 2004.

Nota: Fonte 00 = Recursos do Tesouro. Fonte 13 = recursos do Fundef.

Para efeito de cálculo do percentual mínimo de 25%, definido pelo artigo 212, da Constituição Federal, foram incluídas todas as Despesas Orçamentárias Empenhadas das fontes de recursos 00 e 13 pela Secretaria de Estado da Educação e Inovação, bem como as despesas empenhadas pela Fundação UDESC, pela Fundação Catarinense de Educação Especial — FCEE e pelas vinte e nove Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional. Também integra o cálculo a diferença entre o valor repassado pelo Estado ao Fundo de *Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério — FUNDEF* e o seu retorno.

Nos valores descritos anteriormente (SEI, UDESC e FCEE), estão incluídos aqueles empenhados para pagamento de despesas com inativos, os quais deveriam ser deduzidos, pois as mesmas não encontram respaldo nos artigos 212, da

CF e art. 167, da CE, bem como na Lei Federal nº 9.394/96, cujos valores estão a seguir demonstrados:

TABELA 2.1.14

DESPESAS EMPENHADAS PARA PAGAMENTOS DE INATIVOS — 2004

Em R\$			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
Secretaria de Estado da Educação e Inovação — SEI (FR 00)	360.301.272,94	360.301.272,94	359.884.137,45
Fundação Catarinense de Educação Especial — FCEE (FR 00)	1.258.032,79	1.258.032,79	1.256.857,89
Fundação Universidade do Estado de SC — UDESC (FR 00)	10.485.224,72	10.485.224,72	10.485.224,72
TOTAL	372.044.530,45	372.044.530,45	371.626.220,06

■ Fonte: Comparativos da Despesa da SEI, UDESC e FCEE — 2004.

Não foram consideradas as Despesas Orçamentárias Realizadas com recursos provenientes de:

- a) Salário-Educação — fonte 06 (R\$ 49.260.832,85);
- b) Auxílios e Contribuições — fonte 09 (R\$ 12.630.853,80);
- c) Convênios — Administração Direta da União — fonte 10 (R\$ 13.610.405,89);
- d) Recursos Vinculados — fonte 12 (R\$ 56.328,02);
- e) Decursos Diretamente Arrecadados — fonte 40 (R\$ 5.480.539,53);
- f) Convênios — Administração Direta da União — fonte 50 (R\$ 1.400.392,08).

Esses recursos são vinculados e provenientes de fontes adicionais. Devem ser integralmente aplicados na Educação, mas não são considerados para os fins de cumprimento do art. 212 da Constituição Federal.

Por não se enquadrarem como despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino para fins do art. 212 do Texto Constitucional, também não integraram o cálculo as despesas realizadas:

- a) pela Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão (R\$ 2.500,00);
- b) pelo Fundo de Esforço Fiscal (R\$ 316.837,15);
- c) com o Desenvolvimento do Desporto.

Desta forma, as despesas empenhadas que compõem os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, atingiram o montante de R\$ 1.405.936.770,73, correspondentes a 29,01% das Receitas de Impostos/Transferências, percentual superior ao piso mínimo determinado pelo art. 212 da Constituição Federal, conforme mostra a tabela a seguir:

TABELA 2.1.15
CÁLCULO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO — 2004

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
1. Receita de Impostos e Transferências	4.846.058.228,92	4.846.058.228,92	4.846.058.228,92
2. Aplicação Mínima (25% s/Receitas de Impostos e Transferências)	1.211.514.557,23	1.211.514.557,23	1.211.514.557,23
3. — Despesas (Fonte de Recursos 00 e 13)	1.280.617.987,88	1.276.646.200,79	1.265.943.070,00
4. (+) Perda com o FUNDEF (diferença entre a contribuição e o retorno)	125.318.782,85	125.318.782,85	125.318.782,85
5. (=) Total das Despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino — art. 212/CF	1.405.936.770,73	1.401.964.983,64	1.391.261.852,85
6. Valor aplicado a maior	(194.422.213,50)	(190.450.426,41)	(179.747.295,62)
7. Percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino em 2004	29,01%	28,93%	28,71%
8. Percentual aplicado acima do percentual mínimo na manutenção e desenvolvimento do ensino em 2004	4,01%	3,93%	3,71%

■ Fonte: Sistema de Acompanhamento do Orçamento/Comparativo da Receita de Dezembro de 2004.

Se excluídos os restos a pagar de 2003 cancelados em 2004, no valor de R\$ 13.119.373,52, o percentual seria de 28,74%, ainda assim, superior ao limite mínimo.

Não consideradas as despesas empenhadas com inativos, no valor de R\$ 372.044.530,45, o percentual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino seria de 21,33% das Receitas de Impostos e Transferências (despesa empenhada), inferior ao mínimo estabelecido pela Constituição Federal. O Tribunal de Contas tem recomendado a progressiva exclusão das despesas com inativos, mas a recomendação não vem sendo observada, pois se mantém a representatividade das despesas com inativos em relação às despesas total na educação, em torno de 29% da despesa total no ensino, conforme mostrado na tabela abaixo:

TABELA 2.1.16
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM INATIVOS
NAS DESPESAS GLOBAIS COM ENSINO
EXERCÍCIOS 2001-2004

Em R\$

EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DESPESAS COM INATIVOS	% DAS DESPESAS COM INATIVOS EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS EM ENSINO
2001	886.883.558,39	256.742.051,16	29,62%
2002	1.088.831.118,92	304.650.041,13	27,98%
2003	1.172.241.170,81	347.736.058,90	29,66%
2004	1.280.617.987,88	372.044.530,45	29,05%

■ Fonte: Relatórios Técnicos sobre as Contas Anuais do Estado de 2001 a 2004.

É importante lembrar que até o exercício de 2004 — a que se referem estas contas — o critério adotado pelo Tribunal de Contas para apuração do cumprimento da norma contida no art. 212, da Constituição Federal, foi o de considerar as despesas empenhadas. Contudo, a partir do exercício de 2005 ora em curso, o Tribunal de Contas tomará por base as despesas liquidadas, nos termos da Decisão Normativa nº 02/20004.

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Segundo o art. 212 da Constituição Federal, o Estado deve investir na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o mínimo de 25% da sua receita resultante de impostos arrecadados e transferências recebidas. Deste total, o Estado deve aplicar pelo menos 60% Na *manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental*, consoante determinação da Carta Magna, na forma da redação da Emenda Constitucional nº 14.

Nos termos da atual redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, “não menos de 60% dos recursos a que se refere o *caput* do art. 60 da CF serão destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério”.

Dessa forma, tendo em vista que o total das receitas auferidas com impostos e transferências alcançou a soma de R\$ 1.211.514.557,23, o valor mínimo a ser aplicado pelo Poder Executivo no exercício de 2004 no Ensino Fundamental, era de R\$ 726.908.734,34.

Considerando o valor empenhado no exercício de 2004 pela Secretaria de Estado da Educação e Inovação — SEI, Fundação Catarinense de Educação Especial — FCEE, e Secretarias de Desenvolvimento Regional, da Subfunção 361 — Ensino Fundamental; 366 — Educação de Jovens e Adultos, e 367 — Educação Especial, das fontes de recursos do Tesouro do Estado (00) — Ordinários e (13) FUNDEF, constata-se a aplicação do montante de R\$ 703.634.670,76 na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, conforme demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 2.1.17
APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL — FONTES 00 E 13

Em R\$				
Subfunção/Fonte de Recursos	Fonte	Empenhado	Liquidado	Pago
361 — Ensino Fundamental	00	655.752.344,12	652.368.653,33	648.228.757,79
	13	142.336.195,96	142.328.585,96	142.124.257,97
366 — Educ. de Jovens e Adultos	00	513.416.148,16	510.040.067,37	506.104.499,82
	13	29.030.456,73	29.002.366,33	28.301.707,71
367 — Educação Especial	00	11.571.852,15	11.571.852,15	11.219.930,05
	13	17.458.604,58	17.430.514,18	17.081.777,66
TOTAL	00	18.851.869,91	18.812.095,41	18.260.124,86
	13	50.050,88	50.050,88	47.014,23
TOTAL	00	18.801.819,03	18.762.044,53	18.213.110,63
	13	703.634.670,76	700.183.115,07	694.790.590,36
	00	153.958.098,99	153.950.488,99	153.391.202,25
	13	549.676.571,77	546.232.626,08	541.399.388,11

■ Fonte: Sistema de Acompanhamento do Orçamento Dezembro de 2004.

Ao valor empenhado em despesas no Ensino Fundamental deve-se acrescentar a importância de R\$ 125.318.782,85, correspondente à diferença entre o

valor repassado ao FUNDEF pelo Estado e o valor dele posteriormente recebido (retorno), pois se considera aplicação no ensino fundamental. Assim, o Estado aplicou (empenhado) no ensino fundamental o montante de R\$ 828.953.453,61, representando 68,42% das receitas de impostos e transferências, quando deveria aplicar no mínimo 60%, conforme mostra a tabela seguinte:

TABELA 2.1.18
APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL
FONTES DE RECURSOS (00) E (13)

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1. Receita de Impostos e Transferências	4.846.058.228,92	4.846.058.228,92	4.846.058.228,92
2. Aplicação Mínima (25% s/Receitas de Impostos e Transferências)	1.211.514.557,23	1.211.514.557,23	1.211.514.557,23
3. Aplicação Mínima (60% sobre os 25%)	726.908.734,34	726.908.734,34	726.908.734,34
4. Despesas Empenhadas pelo Estado (FR 00 e 13 — subfunções 361,366 e 367)	703.634.670,76	700.183.115,07	694.790.590,36
5. Perda com o FUNDEF (diferença entre a contribuição e o retorno)	125.318.782,85	125.318.782,85	125.318.782,85
6. Total das Despesas com o Ensino Fundamental — art. 60/ADCT.CF (4 + 5)	828.953.453,61	825.501.897,92	820.109.373,21
7. Valor aplicado acima do mínimo	(102.044.719,27)	(98.593.163,58)	(93.200.638,87)
8. Percentual aplicado no Ensino Fundamental — art. 60/ADCT.CF	68,42%	68,14%	67,69%
9. Percentual aplicado acima do mínimo no Ensino Fundamental — art. 60/ADCT.CF	8,42%	8,14%	7,69%

■ Fonte: Balançetes Financeiros da SEF/DCOG e Balanço Geral da SEI — 2004.

No total dos gastos na manutenção do ensino fundamental apurado pelo Tribunal de Contas foram consideradas as despesas empenhadas para pagamento de Inativos do Ensino Fundamental no valor de R\$ 141.088.143,14 com a fonte 00 — Recursos do Tesouro. Se fossem excluídas da apuração, como o Tribunal de Contas tem recomendado, o percentual de aplicação seria de 56,78% (empenhado).

No cálculo para apuração dos valores mínimos aplicados no Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, não foram consideradas as despesas empenhadas pela Fonte 13 (FUNDEF), na Subfunção 122 — Administração Geral (R\$ 918.968,87), e Subfunção 362 — Ensino Médio (R\$ 391.044,09), por não serem despesas que não se enquadram como despesas de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Para apreciação das contas do exercício de 2004, o TCE/SC utilizou o critério das despesas empenhadas para apuração das despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino. De qualquer forma, mesmo considerando as despesas liquidadas ou pagas, não foi aplicado o percentual mínimo de 60% exigido pela Constituição.

2.1.3.2 Fundo de Manutenção e do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério — FUNDEF foi implementado em 1º de janeiro de 1998 e seus recursos são provenientes da destinação de 15% (quinze por cento) das cotas-partes dos seguintes impostos:

- ICMS (Estadual e Municipal);
- IPI-Exportação (Estadual e Municipal);
- Fundo de Participação dos Estados — FPE;
- Fundo de Participação dos Municípios — FPM;
- Recursos transferidos a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações/ICMS prevista na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir).

O *FUNDEF* é um fundo de natureza contábil, que arrecada recursos do Estado e dos Municípios, para redistribuí-los em partes proporcionais ao número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. As normas básicas reguladoras do fundo são: a Constituição Federal (art. 212 e art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação da Emenda Constitucional nº 14, de 1996); a Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional — LDB); a Lei Federal nº 9.424, de 1996/96 (que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério).

No exercício de 2004 o Estado de Santa Catarina repassou, em espécie, para a conta do FUNDEF — no Banco do Brasil S/A — o montante de R\$ 675.622.185,40.

Do valor financeiro repassado ao FUNDEF, o Estado recebeu em devolução o montante de R\$ 550.303.402,55, gerando uma diferença a menor de R\$ 125.318.782,85, ou seja, 18,55% do total repassado, situação que se explica em razão da sistemática de funcionamento do Fundo. Essa diferença é considerada como aplicação em ensino pelo Estado, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Considerando o valor do retorno ao Tesouro do Estado (R\$ 550.303.402,55), acrescido das receitas obtidas pelas aplicações financeiras (R\$ 9.580.635,00), o Estado estava obrigado a aplicar R\$ 559.884.037,55, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental com recursos do FUNDEF (receita global do fundo):

TABELA 2.1.19**ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DO FUNDEF
EXERCÍCIO DE 2004**

FLUXO DE RECURSOS/FUNDEF		Em R\$
VALOR		
TOTAL DE REPASSES PELO ESTADO AO FUNDEF (A)		675.622.185,40
RECEBIDO DO FUNDEF (Retorno Efetivo) (B)		550.303.402,55
DIFERENÇA — A CONSIDERAR ART. 212 C.F. (C) = (A — B)		125.318.782,85
RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEF (D)		9.580.635,00
TOTAL FINANCEIRO A SER APLICADO = (B + D)		559.884.037,55

■ Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda — 2004.

A Secretaria de Estado da Fazenda mantém no Banco BESC S/A a conta bancária vinculada nº 801.810-6, para fins de aplicação financeira dos recursos recebidos do FUNDEF. No final do exercício de 2004 esta conta possuía saldo, aplicado em CDB/RDB, no valor de R\$ 59.313.164,35. Contudo, a utilização desses recursos não obedece a disciplina estabelecida nos arts. 2º e 3º da Lei Federal nº 9.424/96, e art. 69¹, § 5º, da Lei Federal nº 9.394/96, já que parte desses recursos têm sido transferidos para a Conta Única do Estado.

Os recursos orçamentários provenientes da fonte 13 — FUNDEF, segundo relatórios encaminhados pela Secretaria de Estado da Educação e Inovação, demonstram seguinte aplicação de recursos do Fundo:

TABELA 2.1.20**DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DA FONTE 13 — FUNDEF
EXERCÍCIO DE 2004**

Em R\$			
ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1. Retorno de Recursos do FUNDEF	550.303.402,55	550.303.402,55	550.303.402,55
2. (+) Resultado das Aplicações Financeiras	9.580.635,00	9.580.635,00	9.580.635,00
3. (=) Valor a aplicar	559.884.037,55	559.884.037,55	559.884.037,55
4. Despesas empenhadas com recursos do FUNDEF	549.676.571,77	546.232.626,08	541.399.388,11
361 — Ensino Fundamental	513.416.148,16	510.040.067,37	506.104.499,82
(-) Despesas com APPs	(40.026.833,58)	(40.026.833,58)	(40.009.931,50)
366 — Educação de Jovens e Adultos	17.458.604,58	17.430.514,18	17.081.777,66
367 — Educação Especial	18.801.819,03	18.762.044,53	18.213.110,63
5. (=) Total Despesas Excluídas as APPs- (4 — 5)	509.649.738,19	506.205.792,50	501.389.456,61
6. Percentual aplicado FUNDEF (3/4)	98,18%	97,56%	96,70%
7. Percentual aplicado FUNDEF (3/6)	91,03%	90,41%	89,55%

■ Fonte: Balançetes Financeiros da SEF — 2004.

¹ Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino público.

§ 5º. O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I — recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II — recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III — recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

Como se denota, foram empenhados R\$ 549.676.571,77 à conta dos recursos do FUNDEF. Entretanto, para apuração dos valores do Fundef aplicados no ensino fundamental esta Corte excluiu as Despesas Empenhadas na Ação 4897 — Apoio Financeiro as Associações de Pais e Professores do Ensino Fundamental, para custear despesas com Subvenções Sociais às APPs (R\$ 40.026.833,58).

Portanto, o Estado não cumpriu o estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.424/96, pois aplicou (no caso, empenhou) na manutenção de desenvolvimento do ensino fundamental valor inferior ao exigido pelas normas legais.

Consideradas as despesas com APP's, o valor não empenhado no exercício de 2004 com recursos do FUNDEF foi de R\$ 10.589.058,78. Somando-se a este valor o saldo não empenhado em 2003 que foi de R\$ 51.887.341,22, tem-se o total de R\$ 62.476.400,00. No entanto, o saldo dos recursos recebidos do FUNDEF existente na conta bancária vinculada nº 801.810-6, em 31/12/2004, aplicado em CDB/RDB, era de R\$ 59.313.164,35, ou seja, inferior ao que deveria existir.

2.1.3.3. Remuneração de Profissionais do Magistério com Recursos do Fundef

De acordo com o artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96, pelo menos 60% dos recursos do FUNDEF devem ser destinados exclusivamente à *remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício* de suas atividades no ensino fundamental público. Consideram-se profissionais do magistério os professores e os profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico, tais como: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, em efetivo exercício em uma ou mais escolas da respectiva rede de ensino.

Com a parcela restante de até 40% do FUNDEF, podem ser pagos os demais trabalhadores da educação lotados e em exercício nas escolas ou órgão/unidade administrativa do ensino fundamental público, que exerçam atividades de natureza técnico-administrativa (com ou sem cargo de direção ou chefia) ou de apoio, como, por exemplo, o auxiliar de serviços gerais, o auxiliar de administração, secretário(a) da escola etc.

A tabela a seguir mostra os empenhos, as despesas liquidadas e os valores utilizados para pagamento dos profissionais do magistério, no exercício de 2004:

TABELA 2.1.21

REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO — FR 13 — FUNDEF
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

ÓRGÃO/ATIVIDADES/ELEMENTO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
4501 — Secretaria de Estado da Educação e Inovação	288.746.390,89	288.746.400,89	286.898.937,34
4862 — Pagamento Pessoal Ativo Ensino Fundamental	268.766.699,21	268.766.709,21	267.259.877,03
3190.04 — Contratação por tempo determinado	40.734.596,09	40.734.596,09	40.734.596,09
3190.09 — Salário-família	133.164,27	133.164,27	133.164,27
3190.11 — Vencimentos e Vantagens Fixas — Pessoal Civil	207.545.223,45	207.545.233,45	207.545.223,45
3190.13 — Obrigações Patronais	20.353.715,40	20.353.715,40	18.846.893,22
4893 — Pagamento de Professores Ativos — Jovens e Adultos	14.763.048,90	14.763.048,90	14.450.132,98
3190.04 — Contratação por tempo determinado	9.236.877,99	9.236.877,99	9.236.877,99
3190.09 — Salário-família	14.828,55	14.828,55	14.828,55
3190.11 — Vencimentos e Vantagens Fixas — Pessoal Civil	3.333.692,63	3.333.692,63	3.333.692,63
3190.13 — Obrigações Patronais	2.177.649,73	2.177.649,73	1.864.733,81
4939 — Pagamento de Professores Ativos-Educação Especial	5.216.642,78	5.216.642,78	5.188.927,33
3190.04 — Contratação por tempo determinado	656.910,07	656.910,07	656.910,07
3190.09 — Salário-família	3.096,79	3.096,79	3.096,79
3190.11 — Vencimentos e Vantagens Fixas — Pessoal Civil	4.171.802,66	4.171.802,66	4.171.802,66
3190.13 — Obrigações Patronais	378.195,53	378.195,53	350.480,08
3190.92 — Despesas de Exercícios Anteriores	6.637,73	6.637,73	6.637,73
4521 — Fundação Catarinense de Educação Especial	12.845.568,93	12.845.568,93	12.324.350,48
4862 — Pagamento de Pessoal Ativo — Ensino Fundamental	1.232.572,98	1.232.572,98	1.232.572,98
3190.09 — Salário — família	1.223,04	1.223,04	1.223,04
3190.11 — Vencimentos e Vantagens Fixas — Pessoal Civil	1.231.349,94	1.231.349,94	1.231.349,94
8872 — Capacitação de Profissionais da Educação Especial	986,00	986,00	986,00
3190.13 — Obrigações Patronais	986,00	986,00	986,00
4939 — Pagamento de Professores Ativos-Educação Especial	11.612.009,95	11.612.009,95	11.090.791,50
3190.04 — Contratação por tempo determinado	4.639.882,58	4.639.882,58	4.135.981,02
3190.09 — Salário-família	7.220,29	7.220,29	7.220,29
3190.11 — Vencimentos e Vantagens Fixas — Pessoal Civil	6.436.602,43	6.436.602,43	6.436.602,43
3190.13 — Obrigações Patronais	506.273,67	506.273,67	488.956,78
3190.92 — Despesas de Exercícios Anteriores	22.030,98	22.030,98	22.030,98
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	301.591.959,82	301.591.969,82	299.223.287,82
Valor a Aplicar (60% das Receitas do Fundef)	335.930.422,53	335.930.422,53	335.930.422,53
Percentual das Receitas do FUNDEF aplicado	53,87%	53,87%	53,44%

■ Fonte: Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Órgão, Unidade Orçamentária e Projeto/Atividade-Dez.04.
Balancetes Financeiros da SEF/DCOG e Sistema de Acompanhamento Orçamentário — 2004.

Houve empenhamento, nos elementos para a remuneração dos profissionais do magistério, de R\$ 301.591.959,82, equivalente a 53,87% dos 60% necessários de recursos provenientes do FUNDEF (R\$ 335.930.422,53).

Assim, constatou-se que o Estado de Santa Catarina não utilizou o mínimo de 60% dos Recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, não cumprindo integralmente o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 9. 424/96.

A tabela seguinte informa a destinação dos recursos do FUNDEF em 2004:

TABELA 2.1.22

DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDEF CONSIDERANDO
60% NA REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E 40%
COM DESPESAS GERAIS DE MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
Total das Despesas com recursos FUNDEF	549.676.571,77	100,00	546.232.626,08	100,00	541.399.388,11	100,00
Total das Despesas com Pessoal — 60%	301.591.959,82	54,87	301.591.969,82	55,21	299.223.287,82	55,27
Total das Despesas com Manutenção — 40%	248.084.611,95	45,13	244.640.656,26	44,79	242.176.100,29	44,73

■ Fonte: Balancetes Financeiros da SEF/DCOG e Sistema de Acompanhamento Orçamentário — 2004.

As despesas realizadas com recursos do FUNDEF para manutenção (custeio de outros) foram superiores a 40%. Significa dizer que o Estado utilizou parte dos recursos destinados a remuneração dos profissionais do Magistério para pagamento de despesas gerais de manutenção e desenvolvimento do ensino, contrariando o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2.1.3.4 Salário-Educação

A Constituição Federal preceitua em seu art. 212, § 5º:

“Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

(...)

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do Salário-Educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.”

O *Salário-Educação* é uma contribuição social devida pelas empresas, mediante incidência da alíquota de 2,5% sobre o total da remuneração paga ou creditada aos empregados durante o mês, compondo fonte adicional de financiamento do ensino fundamental público. É arrecadado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, através do INSS, sendo que 2/3 constituem a Quota Estadual, creditada mensalmente em conta específica das Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal, para aplicação no Ensino Fundamental Público.

O repasse é proporcional ao valor arrecadado em cada Unidade da Federação. Esse valor é redistribuído entre o Governo Estadual e seus respectivos Municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no Ensino Fundamental Regular, de acordo com o Censo Escolar do ano anterior e, empregados no financiamento de programas, projetos e ações que possibilitem a melhoria da qualidade do ensino público.

Os recursos recebidos do Salário-Educação são depositados em conta bancária vinculada no Banco do Brasil S/A, e em seguida, transferidos para a Conta Única do Estado no BESC, a exemplo do que ocorreu nos exercícios anteriores. Portanto, mesmo existindo a conta bancária vinculada para a movimentação dos recursos financeiros da fonte 06, o Estado não a utiliza para o pagamento das despesas pertinentes.

O Estado, para o exercício de 2004, previu arrecadar da Cota-parte da Contribuição do Salário-Educação estadual o valor de R\$ 121.075.580,00. No entanto, no decor-

rer do exercício, a União repassou ao Estado o montante de R\$ 64.025.077,01, ou seja, R\$ 57.050.502,99 aquém do previsto (queda de arrecadação equivalente a 47,12%).

A tabela a seguir apresenta os valores financeiros que o Estado arrecadou no exercício de 2004, para aplicação no Ensino Fundamental, com recursos da fonte 06 — Salário-Educação:

TABELA 2.1.23
RECEITAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO — EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR ARRECADADO
Transferências da União — Cota Parte do Sal. Educação	64.025.077,01
Resultado das Aplicações Financeiras da SEI	416.199,50
TOTAL	64.441.276,51

■ Fonte: Balanços Financeiros dos Meses de Janeiro a Dezembro de 2004, expedidos pela SEF/DCOG e Balancetes Mensais da SEI.

Cabe salientar que o resultado das aplicações financeiras, no valor de R\$ 416.199,50, é proveniente das aplicações dos recursos disponíveis na conta administrada pela SEF (c/c nº Banco BESC — ag. 068 — nº 801.820-3), ou seja, os saldos que antecedem a sua transferência para o Caixa Único, administrado pela Secretaria de Estado da Fazenda. Assim sendo, é necessário que a Secretaria de Estado da Fazenda, segregue — contabilmente — as receitas de aplicações financeiras, decorrentes dos recursos financeiros da fonte 06 — Salário-Educação, uma vez que esses recursos têm destinação vinculada ao Ensino Fundamental.

Do total arrecadado em 2004, R\$ 49.260.832,85 foram comprometidos orçamentariamente pelo Estado de Santa Catarina, restando saldo financeiro de pelo menos R\$ 14.764.244,15.

As despesas empenhadas no exercício de 2004, tendo como fonte de recursos o Salário-Educação (fonte 06), podem ser observados — por subfunção — na tabela a seguir:

TABELA 2.1.24
DESPESAS EMPENHADAS NO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DA FONTE 06 — SALÁRIO-EDUCAÇÃO — EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

SUBFUNÇÃO	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
361 — ENSINO FUNDAMENTAL	48.548.079,69	48.112.547,51	45.306.031,67
366 — EDUC. DE JOVENS E ADULTOS	702.725,17	700.348,07	583.834,82
367 — EDUCAÇÃO ESPECIAL	10.027,99	10.027,99	10.027,99
TOTAL — Fonte 06	49.260.832,85	48.822.923,57	45.899.894,48

■ Fonte: Balancetes Mensais da SEI.

Efetuando-se os levantamentos pertinentes à aplicação dos valores decorrentes do Salário-Educação relativamente aos exercícios de 1999 a 2004, constata-se que o Estado deixou de aplicar no Ensino Fundamental, nos últimos 6 anos, a importância de R\$ 60.942.731,49, conforme exposto na tabela abaixo:

TABELA 2.1.25**RECEITAS E DESPESAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
EXERCÍCIOS 1999-2004**

Em R\$

EXERCÍCIO	RECEITA	DESPESA PAGA/EMPENHADA	VALOR NÃO APLICADO	
			No exercício	Acumulado
1999	26.831.854,44	7.313.032,21	(19.518.822,23)	(19.518.822,23)
2000	64.948.777,60	51.293.076,21	(13.655.701,39)	(33.174.523,62)
2001	73.848.854,92	64.125.942,15	(9.722.912,77)	(42.897.436,39)
2002	80.619.545,39	* 80.786.733,31	167.187,92	(42.730.248,47)
2003	93.200.804,53	* 90.168.765,17	(3.032.039,36)	(45.762.287,83)
2004	64.441.276,51	* 49.260.832,85	(15.180.443,66)	(60.942.731,49)
TOTAL	403.891.113,39	342.948.381,90	(60.942.731,49)	

■ Fonte: Balanços anuais da SEI 1999-2004 * Despesas empenhadas em 2002, 2003 e 2004.

No final do exercício de 2004 o saldo existente na conta administrada pela SEF (c/c nº Banco BESC — ag. 068 — nº 801.820-3 — Salário-Educação), possuía um saldo de aplicações em CDB no valor de R\$ 1.105.682,46.

Isso significa que os recursos do salário-educação foram transferidos para outras contas bancárias e utilizados em finalidades diversas daquelas previstas em lei. Desde 1999, o Estado utilizou mais de 60 milhões em outras finalidades, o que corresponde a 15% das receitas recebidas.

2.1.3.5 Programa de Manutenção do Ensino Superior

O art. 170 da Constituição do Estado de SC estabelece que o Estado prestará, anualmente, na forma da lei complementar, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina, cujos recursos não serão inferiores a cinco por cento do mínimo constitucional que o Estado tem o dever de aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino. O dispositivo foi regulamentado pela Lei Complementar nº 180, de 16 de julho de 1999².

Para cumprir o estatuído no art. 170 da Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 180/99, o Estado deveria destinar às Fundações Educacionais, em 2004, pelo menos R\$ 60.575.727,86, ou seja, 5,00% de R\$ 1.211.514.557,23, que correspondem a 25% das Receitas de Impostos arrecadadas (R\$ 4.846.058.228,92), conforme mostra a tabela a seguir:

² Lei Complementar Estadual nº 180/99:

Art. 2º — A partir do exercício fiscal de 2002, o percentual de recursos de que trata o parágrafo único, do art. 170, da Constituição Estadual será destinado da seguinte forma:

I — noventa por cento será destinado aos alunos matriculados nas Fundações Educacionais de Ensino Superior instituídas por lei municipal, divididos da seguinte forma:

a) cinquenta por cento deverá ser aplicado na concessão de bolsas de estudo e dez por cento na concessão de bolsas de pesquisa, para o pagamento de mensalidades;

b) quarenta por cento deverá ser aplicado na concessão de crédito educativo instituído na forma desta Lei Complementar;

II — dez por cento será destinado à concessão de crédito educativo, instituído na forma desta Lei Complementar, aos alunos matriculados nas Instituições de Ensino Superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina.

TABELA 2.1.26

BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

RECEITAS	VALORES A APLICAR		
	FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS (90%)	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR 10%	TOTAL
Bolsa de Estudos — 50%	27.259.077,53	0,00	27.259.077,53
Bolsa de Pesquisa-Mensalidades — 10%	5.451.815,51	0,00	5.451.815,51
Crédito Educativo — 40%	21.807.262,03	6.057.572,79	27.864.834,82
TOTAL	54.518.155,07	6.057.572,79	60.575.727,86

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de SC.

Os demonstrativos da execução orçamentária do exercício de 2004, da Secretaria de Estado da Educação e Inovação — SEI, referente ao Ensino Superior, mostram os seguintes valores:

TABELA 2.1.27

COMPARATIVO DO LIMITE OBRIGATÓRIO E A APLICAÇÃO EFETIVA
NA SUBFUNÇÃO ENSINO SUPERIOR
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	A APLICAR (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	DIFERENÇA (A-B)
Aplicação Mínima no Ensino Superior — 5%	60.575.727,86	20.416.824,53	20.319.543,53	20.319.543,53	40.158.903,33
Fundações Educacionais — 90%	54.518.155,07	20.416.826,53	20.319.545,53	20.319.545,53	34.101.328,54
Inst. de Ensino Superior — 10% (Crédito Educativo — 100%)	6.057.572,79	0,00	0,00	0,00	6.057.572,79

■ Fonte: Balanço Geral da SEI.

Desta forma, o Poder Executivo, em 2004, repassou efetivamente às Fundações Educacionais de Ensino Superior instituídas por lei municipal, valor inferior ao exigido pela Constituição Estadual, portanto, não cumpriu o preceituado no art. 170 da Constituição Estadual ao aplicar recursos orçamentários abaixo do mínimo exigido para o exercício de 2004, deixando de aplicar R\$ 40.158.903,33.

Desde a edição da Lei Complementar nº 180/99, o Estado deixou de repassar as Fundações Educacionais instituídas pelos Municípios, a importância de R\$ 117.472.737,37, conforme mostrado na tabela a seguir:

TABELA 2.1.28

COMPARATIVO DOS VALORES A REPASSAR E REPASSADOS AS
FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS — EXERCÍCIO DE 1999 A 2004

Em R\$

Exercício	Mínimo Constitucional a ser repassado		Repassado		Diferença	
	%	Valor — R\$	%	Valor — R\$	%	Valor — R\$
1.999	2,0	11.271.475,96	2,08	11.718.950,92	0,08	-447.474,96
2.000	3,0	20.135.849,68	2,24	15.027.899,80	-0,76	5.107.949,88
2.001	4,0	31.156.760,56	2,02	15.754.869,98	-1,98	15.401.890,58
2.002	5,0	46.017.846,85	2,57	23.642.635,19	-2,43	22.375.211,66
2.003	5,0	55.096.503,98	1,83	20.220.245,10	-3,17	34.876.258,88
2.004	5,0	60.575.727,86	1,69	20.416.826,53	-3,31	40.158.901,33
TOTAL		224.254.164,89		106.781.427,52		117.472.737,37

■ Fonte: Balanço Geral da SEI.

Os valores pagos no exercício de 2004 (orçamento de 2004), foram repassados às Fundações Educacionais de Ensino Superior instituídas por lei municipal, para a concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa destinadas ao pagamento das mensalidades dos alunos economicamente carentes. A tabela a seguir mostra os valores repassados às instituições de ensino superior do Estado:

TABELA 2.1.29
VALORES EMPENHADOS POR FUNDAÇÃO EDUCACIONAL
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

FUNDAÇÃO	Empenhado	Estornado	TOTAL (a)	Alunos (b)	Valor per capita (a/b)
UNIVALI — Itajaí	5.580.310,00	1.116.062,00	4.464.248,00	3.827	1.166,51
FEBAVE — Orleans	83.820,00	16.764,00	67.056,00	111	604,11
FEBE — Brusque	411.470,00	82.314,00	329.156,00	278	1.184,01
FEHH — Ibirama	96.520,00	19.304,00	77.216,00	743	103,92
FERJ/UNERJ — J.Sul	774.690,00	154.938,00	619.752,00	478	1.296,55
FUCRI/UNESC — Criciúma	1.777.990,00	355.598,00	1.422.392,00	1.625	875,32
FURB — Blumenau	2.727.950,00	545.590,00	2.182.360,00	2.956	738,28
UNC Caçador	584.410,00	117.318,47	467.091,53	611	764,47
UNC Canoinhas	627.370,00	125.474,00	501.896,00	774	648,44
UNC Concórdia	477.520,00	95.504,00	382.016,00	290	1.317,30
UNC Curitiba	182.890,00	36.578,00	146.312,00	448	326,59
UNC Matriz	586.730,00	117.346,00	469.384,00	449	1.045,40
UNIDAVI — Rio do Sul	759.450,00	151.890,00	607.560,00	541	1.123,03
UNIPLAC — Lages	1.043.930,00	208.786,00	835.144,00	596	1.401,25
UNISUL — Tubarão	3.769.330,00	753.866,00	3.015.464,00	2.015	1.496,51
UNIVILLE — Joinville	1.747.510,00	349.502,00	1.398.008,00	855	1.635,10
UNOCHAPECÓ	1.554.470,00	310.894,00	1.243.576,00	982	1.268,37
UNOESC Joazeiro	972.810,00	97.281,00	875.529,00	539	1.624,36
UNOESC S.Miguel Oeste	640.070,00	128.014,00	512.056,00	517	990,44
UNOESC Videira	561.340,00	112.268,00	449.072,00	310	1.448,62
UNOESC Xanxerê	439.420,00	87.884,00	351.536,00	377	932,46
TOTAL	25.400.000,00	4.983.175,47	20.416.824,53	19322	1.056,66

■ Fonte: Balanço Geral da SEI.

Diante dessas informações, conclui-se que:

- não foi cumprido integralmente o disposto no art. 170 da Constituição Estadual, visto que o Estado deveria ter aplicado R\$ 60.575.727,86 (5% das receitas de impostos), enquanto aplicou a importância de R\$ 20.416.826,53, correspondente a 1,69%;
- não foi cumprido o inciso I do art. 2º da Lei Complementar nº 180/99, que estabelece os limites mínimos para aplicação aos alunos matriculados nas Fundações Educacionais instituídas por Lei Municipal.
- não foram repassados recursos para custear as despesas com a concessão de Crédito Educativo aos alunos matriculados nas Instituições de Ensino Superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina, quando o valor mínimo a aplicar era de R\$ 6.057.572,79 (art. 2º, II).

2.1.4 Função Transporte

As despesas dessa Função são realizadas pela Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, Departamento Estadual de Infra-Estrutura — DEINFRA, Administra-

ção do Porto de São Francisco do Sul — APSFS, Departamento de Transportes e Terminais — DETER e Fundo Estadual de Transporte — FET. No exercício de 2004 foram aplicados R\$ 310,65 milhões, equivalentes a 4,05% da despesa total do Estado e 39,96% das despesas de Capital.

O Departamento Estadual de Infra-Estrutura — DEINFRA foi responsável maior parcela das aplicações. Na Subfunção Transporte Rodoviário foram alocados 60,19% das aplicações (R\$ 186,97 milhões).

As principais obras no setor de transporte em execução ou concluídas em 2004 estão apresentadas em item específico deste Parecer Prévio.

2.1.5 Função Segurança Pública

A execução orçamentária da Função Segurança foi realizada com recursos consignados nos orçamentos de diversos órgãos e fundos: Secretaria de Estado da Segurança Pública; Fundo para Melhoria da Segurança Pública, Polícia Militar, Fundo de Melhoria da Polícia Militar, Gabinete do Governador do Estado — Diretoria Estadual de Defesa Civil, Fundo Estadual da Defesa Civil, Departamento de Estradas de Rodagem, Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas. A Polícia Militar e a Secretaria de Estado da Segurança Pública gerenciaram a maior parcela dos recursos alocados na Função. A tabela seguinte mostra as despesas por programas:

TABELA 2.1.30
DESPESAS DA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$		
PROGRAMAS	VALORES	% PARTICIPAÇÃO
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	7.684.547,27	0,90
Administração Geral	801.193.738,83	93,52
Formação de Recursos Humanos	3.577.826,24	0,42
Policimento	30.206.088,69	3,53
Defesa Civil	3.397.220,17	0,40
Informação e Inteligência	1.759.992,68	0,21
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.746.942,07	0,20
Custódia e Reintegração Social	7.022.785,55	0,82
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	12.440,41	0,00
TOTAL	856.601.581,91	100,00

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

O programa Administração Geral é responsável por 93,52% das despesas da Função Segurança, onde se encontram as despesas com pessoal e manutenção de unidades policiais, incluindo manutenção de veículos e equipamentos. Os gastos com Custódia e Reintegração Social somaram R\$ 7,02 milhões, que inclui despesas com o sistema penitenciário estadual.

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

3.1 AUTARQUIAS

As *autarquias* são entidades — pessoa jurídica de direito público — com maior autonomia gerencial, orçamentária e financeira, inseridas em um processo interno de desconcentração administrativa, em especial em relação à gestão de serviços públicos específicos que conservam a natureza estatal.¹ São criadas para atuar de forma descentralizada. No Estado de Santa Catarina, abrangem funções nas áreas administrativa, social e de infra-estrutura.

Em consonância com a Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, no exercício de 2004 havia sete autarquias, atuando nas áreas administrativa, social e infra-estrutura:

- Administração do Porto de São Francisco do Sul — APSFS;
- Agência Catarinense de Regulação e Controle — SC/ARCO;
- Departamento Estadual de Infra-estrutura — DEINFRA;
- Imprensa Oficial do Estado — IOESC;
- Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC;
- Junta Comercial do Estado de Santa Catarina — JUCESC;
- Departamento de Transportes e Terminais — DETER.

¹ Caio Tácito, *A Reforma do Estado e a Modernidade Administrativa*, in RDA 215: 1-7(1999).

O mesmo diploma legal — artigos 60 a 66 — fixa os objetivos das respectivas Autarquias da estrutura organizacional do Estado de Santa Catarina, segundo a área de atuação.

A autarquia Administração do Porto de São Francisco do Sul — APSFS tem atuação centrada na execução da política portuária, explorando comercialmente o Porto de São Francisco do Sul, observados os princípios e normas legais regentes da atividade.

A Agência Catarinense de Regulação e Controle — SC/ARCO, em conformidade com os objetivos indicados na lei, deve assegurar a prestação de serviços públicos adequados, garantindo harmonia entre os interesses do Estado, dos usuários, concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos.

O Departamento Estadual de Infra-estrutura — DEINFRA, de acordo com os objetivos propostos, atua na área do sistema rodoviário do Estado de Santa Catarina, exercendo jurisdição sobre todas as modalidades de transporte terrestre de competência do Estado, estabelecendo padrões, normas e especificações técnicas para os programas de segurança operacional, sinalização, manutenção ou conservação, restauração ou reposição de vias e instalações e para a elaboração de projetos e execução de obras viárias, em consonância com a orientação sistêmica do órgão federal.

Já a Imprensa Oficial do Estado — IOESC, que tem por objetivo básico executar a impressão gráfica no Estado, também atua, supletivamente, no campo das artes gráficas nas modalidades de impressão, *lay-out*, encadernação, edição de livros e material didático.

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC — tem sua área de atuação centrada na execução da política de assistência e previdência social dos servidores públicos dos três Poderes, na forma estabelecida em lei específica, obedecidas as normas constitucionais.

A execução do registro de comércio, promovendo o assentamento dos usos e práticas mercantis, são os objetivos institucionais da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina — JUCESC.

Em conformidade com os objetivos definidos na Lei Complementar nº 243/03, ao Departamento de Transportes e Terminais — DETER compete atuar na política de execução, diretamente ou mediante delegação às empresas privadas, do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, nas modalidades de concessão e permissão para o serviço regular e autorização para os serviços de fretamento, viagens sem caráter de linha, viagem em caráter eventual e conexão de linhas.

Segundo o art. 67 da Lei Complementar nº 243/03, trata das disposições comuns às Autarquias, seus recursos têm a seguinte origem:

Art. 67. Constituem recursos das autarquias:

I — as dotações que lhes forem consignadas no Orçamento do Estado;

II — os créditos abertos em seu favor;

III — os recursos financeiros resultantes:

a) de receitas comerciais, industriais, operacionais e de administração financeira;

b) de conversão em espécie de bens e direitos;

c) de rendas dos bens patrimoniais;

d) de operações de crédito;

e) da execução de contratos, convênios e acordos, celebrados para a prestação de serviços; e

IV — quaisquer outras receitas inerentes às suas atividades.

3.1.1 Análise Consolidada dos Balanços

Os resultados das movimentações das receitas inicialmente previstas e as efetivamente arrecadadas (*balanço orçamentário*), bem como das despesas inicialmente fixadas, com os respectivos créditos adicionais, e as efetivamente realizadas, encontram-se demonstradas na tabela a seguir:

TABELA 3.1.1
AUTARQUIAS — RESULTADO DA
MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA — 2004

Em R\$ 1.000

AUTARQUIAS	RECEITA			DESPESA					RESULTADO EXECUÇÃO ORÇAMEN- TÁRIA
	PREVISTA (PRÓPRIA + COTAS)	ARRECA- DADA (PRÓPRIA + COTAS)	DIFERENÇA	FIXADA	CRÉDITOS ADICIONAIS	AUTORI- ZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	
APSFS	73.016	17.611	(55.405)	73.016	6.931	79.947	20.015	59.932	(2.404)
ARCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEINFRA	817.700	263.604	(554.096)	817.700	(90.191)	727.509	257.825	469.684	5.779
IOESC	16.855	11.107	(5.748)	16.855	0	16.855	12.343	4.512	(1.236)
IPESC	362.072	357.222	(4.850)	362.072	17.108	379.181	367.055	12.126	(9.833)
JUCESC	6.546	6.531	(15)	6.546	1.862	8.408	6.602	1.806	(71)
DETER	19.120	19.193	73	19.130	4.761	23.891	16.664	7.227	2.529
TOTAL	1.295.309	675.268	(620.041)	1.295.319	(59.529)	1.235.791	680.504	555.287	(5.236)

■ Fonte: Balanços Gerais das Autarquias — 2004.

Nas receitas orçamentárias previstas de R\$ 1,29 bilhão, estavam contidas as transferências do Tesouro de R\$ 396,10 milhões.

Durante o exercício financeiro as Autarquias arrecadaram a importância de R\$ 675,27 milhões, representando 52,13% do total das receitas orçamentárias inicialmente previstas. As transferências do Tesouro (cotas de despesas) soma-

ram R\$ 245,11 milhões, representando um adicional de 56,98% na receita orçamentária arrecadada pelas Autarquias (R\$ 430,16 milhões). Assim, a disponibilidade foi de R\$ 675,27 no exercício.

A maior parcela dos recursos orçamentários movimentados pelas autarquias coube ao IPESC, com receitas orçamentárias arrecadadas de R\$ 357,22 milhões e despesa orçamentária de R\$ 367,06 milhões.

O DEINFRA movimentou a segunda maior parcela de recursos, tendo receita de R\$ 263,60 milhões, no exercício de 2004, constituída por R\$ 18,50 milhões de arrecadação própria e R\$ 245,12 milhões de transferências financeiras do Tesouro do Estado (quotas de despesas recebidas).

As despesas orçamentárias das Autarquias Estaduais para o exercício de 2004, foram fixadas e autorizadas no montante de R\$ 1,235 bilhão, tendo no decorrer do exercício financeiro, execução de R\$ 680,50 milhões, representando 55,07% do total das despesas orçamentárias autorizadas para o período.

Confrontando-se as receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas com as despesas orçamentárias realizadas no exercício de 2004, verifica-se déficit da execução do orçamento das Autarquias Estaduais no valor de R\$ 5,24 milhões.

Salienta-se que a Agência Catarinense de Regulação e Controle — SC/ARCO, não apresentou movimentação no exercício de 2004.

O fluxo financeiro de entradas e saídas orçamentárias e extra-orçamentárias das Autarquias (*balanço financeiro*), no exercício de 2004, apresentou a seguinte movimentação:

TABELA 3.1.2
AUTARQUIAS — RESULTADO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA — 2004

Em R\$ 1.000

AUTARQUIA	DISPONIBILIDADE INICIAL	RECEITA			DESPESA			DISPONIBILIDADE FINAL
		ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	TOTAL	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	TOTAL	
APSFs	909	17.611	76.681	94.292	20.015	74.737	94.752	449
ARCO	0	0	0	0	0	0	0	0
DEINFRA	5.362	18.498	1.101.848	1.120.346	257.825	867.543	1.125.368	340
IPESC	147	11.107	46.001	57.108	12.343	44.821	57.164	91
JUCESC	8.126	357.222	879.650	1.236.872	367.055	863.338	1.230.393	14.605
JUCESC	281	6.531	18.368	24.899	6.602	18.578	25.180	0
DETER	474	19.193	53.373	72.566	16.664	56.044	72.708	332

■ Fonte: Balanços Gerais das Autarquias — 2004.

A tabela a seguir demonstra a movimentação patrimonial das Autarquias Estaduais (*balanço patrimonial*) no decorrer do exercício de 2004:

TABELA 3.1.3
AUTARQUIAS — SALDO PATRIMONIAL — 2004

Em R\$ 1.000

UNIDADE	ATIVO			PASSIVO			SALDO PATRIMONIAL
	FINANCEIRO	PERMANENTE	RÉAL	FINANCEIRO	PERMANENTE	RÉAL	
APSFS	7.222	41.304	48.526	861	12	873	47.653
ARCO	0	0	0	0	0	0	0
DEINFRA	3.439	11.270	14.709	24.790	7.510	32.300	(17.591)
IOESC	2.832	32.551	35.383	3.017	44	3.061	32.322
IPESC	40.969	1.080.060	1.121.029	121.568	37.464	159.032	961.997
JUCESC	2.784	2.022	4.806	559	0	559	4.247
DETER	4.465	3.535	8.000	1.625	0	1.625	6.375

■ Fonte: Balanços Gerais das Autarquias — 2004.

Conforme se verifica na tabela acima, com exceção do DEINFRA, que apresentou passivo real a descoberto no valor de R\$ 17,59 milhões, todas as demais autarquias estaduais, ao final do exercício de 2004, apresentaram ativo real líquido, tendo seus ativos superiores aos passivos.

Cabe destaque para o IPESC, que no final do exercício apresentava ativo real líquido no valor de R\$ 961,99 milhões, representando 92,95% do saldo patrimonial total das Autarquias Estaduais.

A movimentação das *variações patrimoniais* das autarquias estaduais no exercício de 2004 estão demonstradas na tabela a seguir:

TABELA 3.1.4
RESULTADO PATRIMONIAL — 2004

Em R\$ 1.000

AUTARQUIA	VARIÁÇÕES ATIVAS						VARIÁÇÕES PASSIVAS					
	RESULTADO		COTAS RECEBIDAS	INDEP. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	RESULTADO DÉFICIT	TOTAL	RESULTADO		INDEP. EXEC. ORÇAM.	RESULTADO SUPERÁVIT	TOTAL	
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	MUTUAÇÃO PATRIMONIAL					DESPESA ORÇAMENTÁRIA	MUTUAÇÃO PATRIMONIAL				
APSFS	17.611	14.850	0	24.349	0	56.810	20.015	377	23.059	13.359	43.451	
ARCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DEINFRA	18.498	7.083	245.106	58.111	0	328.798	257.825	7.240	48.633	15.100	313.698	
IOESC	11.107	4.046	0	13.428	0	28.581	12.343	8.075	4.910	3.253	25.328	
IPESC	357.222	22.940	0	73.175	0	453.337	367.055	38.264	34.428	13.590	439.747	
JUCESC	6.531	582	0	204	0	7.317	6.802	0	535	180	7.137	
DETER	19.193	769	0	5.411	(3.700)	25.373	16.664	2.624	9.785	0	29.073	
TOTAL	430.162	50.270	245.106	174.678	(3.700)	900.216	680.504	56.580	121.350	45.482	858.434	

■ Fonte: Balanços Gerais das Autarquias — 2004.

Conforme demonstra a tabela acima, com exceção do DETER que apresentou saldo patrimonial deficitário, no valor de R\$ 3,70 milhões, todas as demais autarquias estaduais apresentaram no exercício em análise, saldo patrimonial superavitário.

3.1.2 Análise Consolidada das Receitas e Despesas Orçamentárias

A tabela a seguir, demonstra a receita orçamentária efetivamente arrecadada (excluídas as transferências do Tesouro), por Autarquia Estadual, no exercício de 2004:

TABELA 3.1.5
RECEITA ORÇAMENTÁRIA DAS AUTARQUIAS — 2004

TÍTULOS	Em R\$ 1.000							
	APSFs	ARCO	DEINFRA	IOESC	IPESC	JUCESC	DETER	%
Receita Orçamentária	17.611	0	18.498	11.107	357.222	6.531	19.193	430.162
Receitas Correntes	17.611	0	16.124	11.107	338.443	6.531	19.193	409.009
Contribuições	0	0	0	0	336.387	0	0	336.387
Patrimonial	1.911	0	354	34	1.536	232	671	4.738
Industrial	0	0	0	3.637	0	0	0	3.637
Serviços	15.446	0	3	7.317	7	6.299	17.271	46.343
Transferências Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Outras Receitas Correntes	254	0	15.767	119	513	0	1.251	17.904
Receitas de Capital	0	0	2.374	0	18.779	0	0	21.153
Amortização Empréstimos	0	0	0	0	18.779	0	0	18.779
Transferências Capital	0	0	2.374	0	0	0	0	2.374
Participação %	4,10	0,00	4,30	2,58	83,04	1,52	4,46	100,00

■ Fonte: Balanços Gerais das Autarquias — 2004.

As receitas orçamentárias das autarquias estaduais, arrecadadas no exercício de 2004, atingiram o montante de R\$ 430,16 milhões, que em relação ao total arrecadado pelo Estado no exercício (R\$ 7,57 bilhões), representaram cerca de 5,68%.

Do total arrecadado pelas autarquias estaduais no exercício (R\$ 430,16 milhões), o IPESC contribuiu com 83,04%, razão pela qual as receitas de contribuições participaram com 78,20% das receitas arrecadadas pelas Autarquias.

As receitas correntes foram responsáveis por 95,08% do total arrecadado no exercício, enquanto que as receitas de capital representaram apenas 4,92%.

Na tabela a seguir, está demonstrado o comportamento das receitas orçamentárias arrecadadas pelas autarquias estaduais, de forma consolidada, no decorrer dos exercícios de 1999 a 2004, em valores constantes:

TABELA 3.1.6
COMPORTAMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA — 1999 A 2004

TÍTULOS	Em R\$ 1.000											
	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Receita Orçamentária	454.884	100,00	397.763	100,00	471.818	100,00	413.193	100,00	388.564	100,00	430.162	100,00
Receitas Correntes	445.941	98,03	355.625	89,41	412.570	87,44	368.588	89,20	371.240	95,54	409.009	95,08
Receita Contribuições	374.203	82,26	263.540	66,26	316.174	67,01	275.712	66,73	290.757	74,83	336.387	78,20
Receita Patrimonial	2.825	0,62	6.122	1,54	5.121	1,09	5.536	1,34	7.044	1,81	4.738	1,10
Receita Industrial	3.166	0,70	3.824	0,96	3.677	0,78	3.194	0,77	3.406	0,88	3.637	0,85
Receita Serviços	35.089	7,71	38.281	9,62	42.591	9,03	43.879	10,62	45.190	11,63	46.343	10,77
Transferências Correntes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Receitas Correntes	30.658	6,74	43.857	11,03	45.007	9,54	40.267	9,75	24.844	6,39	17.904	4,16
Receitas de Capital	8.943	1,97	42.138	10,59	59.248	12,56	44.605	10,80	17.325	4,46	21.153	4,92
Amortização Empréstimos	5.564	1,22	10.459	2,63	12.978	2,75	16.612	4,02	17.237	4,44	18.779	4,37
Transferências de Capital	3.378	0,74	31.679	7,96	46.270	9,81	27.993	6,77	88	0,02	2.374	0,55
Comportamento das Receitas Orçamentárias/2003 em relação ao quadriênio	-5,43		8,15		-8,83		4,11		10,71		-	

■ Fonte: Balanços Gerais das Autarquias.

Considerando os valores demonstrados na tabela acima, verifica-se que as receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas no exercício de 2004 (R\$ 430,16 milhões), foram inferiores às arrecadadas nos exercícios de 1999 e 2001 (-5,43% e -8,83%, respectivamente). Já em relação aos exercícios de 2000, 2002 e 2003, as arrecadações foram superiores em 8,15%, 4,11% e 10,71%, respectivamente.

A tabela a seguir, demonstra a *execução da despesa orçamentária*, por autarquia estadual no exercício de 2004, bem como o total dos gastos realizados:

TABELA 3.1.7
DESPESA ORÇAMENTÁRIA DAS AUTARQUIAS — 2004

TÍTULOS	Em R\$ 1.000								%
	APSFS	ARCO	DEINFRA	IOESC	IPESC	JUCESC	DETER	TOTAL	
Despesa Orçamentária	20.015	0	257.824	12.343	367.056	6.602	16.664	680.504	100,00
Despesas Correntes	12.905	0	87.161	11.838	346.602	6.250	12.077	476.833	70,07
Pessoal e Encargos	3.441	0	57.398	4.228	287.545	1.138	5.128	358.878	52,74
Outras Desp. Correntes	9.464	0	29.763	7.610	59.057	5.112	6.949	117.955	17,33
Despesas de Capital	7.110	0	170.663	505	20.454	352	4.587	203.671	29,93
Investimentos	7.110	0	170.663	505	1.557	352	4.587	184.774	27,15
Inversões Financeiras	0	0	0	0	18.897	0	0	18.897	2,78
Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Participação %	2,94	0,00	37,89	1,81	53,94	0,97	2,45	100,00	

■ Fonte: Balanços Gerais das Autarquias — 2004.

As despesas orçamentárias das autarquias estaduais incorridas no exercício de 2004 foram de R\$ 680,50 milhões, que em relação à despesa total realizada pelo Estado (R\$ 7,671 bilhões), representaram cerca de 8,87%.

As despesas correntes foram responsáveis por 70,07% do total dispendio no exercício, enquanto que as despesas de capital representaram 29,93%, conforme evidenciado na tabela acima.

Os maiores gastos foram realizados pelo DEINFRA e pelo IPESC, que executaram 91,83% do total das despesas orçamentárias realizadas pelas autarquias estaduais no exercício de 2004.

3.2 FUNDAÇÕES

Segundo Hely Lopes Meirelles², *fundações* são entidades que se prestam, principalmente, à realização de atividades não lucrativas e atípicas do Poder Público, mas de interesse coletivo, como cultura e pesquisa, sempre necessitando de aporte de recursos do Tesouro do Estado. Sua instituição depende de autorização de lei específica da entidade-matriz, cabendo ao Executivo providenciar os demais atos necessários à sua formação, uma vez que só terão existência legal após sua inscrição no Registro competente.

² *Direito Administrativo Brasileiro, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Décio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, 27ª edição, 2002, Malheiros, São Paulo — SP.*

A Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina vigente no exercício de 2004, estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003, contempla as seguintes Fundações:

- Fundação Catarinense de Cultura — FCC;
- Fundação Catarinense de Desportos — FESPORTE;
- Fundação Catarinense de Educação Especial — FCEE;
- Fundação do Meio Ambiente — FATMA;
- Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina — UDESC;
- Fundação de Ciência e Tecnologia — FUNCITEC.

Estas 06 (seis) entidades fundacionais atuam nas áreas administrativas, educacionais, culturais, gestão ambiental, ciência e tecnologia e desporto e lazer.

Os objetivos específicos das Fundações Estaduais estão definidos nos artigos 69 a 74, da Lei Complementar nº 243/03, descritos a seguir, conforme a área de atuação.

A Fundação Catarinense de Cultura — FCC tem por objetivos: executar a política de apoio à cultura; formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artísticas; preservar os valores culturais e manifestações artísticas; incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais; estimular a pesquisa e o estudo relacionados à arte e à cultura; apoiar as instituições públicas e privadas, que visem o desenvolvimento artístico e cultural; e promover a integração da comunidade, através da mobilização das escolas, associações, centros e clubes, a áreas de animação cultural.

Já a Fundação Catarinense de Desportos — FESPORTE, tem por objetivos: estabelecer e executar a política estadual do desporto; promover a articulação do Poder Público e organizações da comunidade para a formulação e execução das políticas municipais de desporto; incentivar o desenvolvimento de práticas desportivas por pessoas portadoras de deficiências; e estudar, projetar e executar, com recursos próprios ou transferidos, a construção, reforma ou ampliação de prédios e instalações destinados ao desenvolvimento das atividades desportivas.

Por sua vez a Fundação Catarinense de Educação Especial — FCEE, tem por objetivos: definir e coordenar a política estadual de educação especial e de atendimento à pessoa portadora de deficiência; realizar estudos e pesquisas para aprimoramento de seus serviços e prevenção da deficiência; formular políticas para promover a integração social da pessoa portadora de deficiência; promover a articulação entre as entidades públicas e privadas para formulação, elaboração e execução de programas, projetos e serviços integrados, com vistas ao desenvolvimento permanente do atendimento à pessoa portadora de deficiência; e promo-

ver a formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, remunerados ou voluntários, para a consecução de seus objetivos; prestar, direta ou indiretamente, assistência técnica a entidades públicas ou privadas que mantenham qualquer vinculação com a pessoa portadora de deficiência.

A Fundação do Meio Ambiente — FATMA, tem por objetivos: executar projetos específicos, incluídos os de pesquisa científica e tecnológica, de defesa e preservação ecológica; fiscalizar, acompanhar e controlar os níveis de poluição urbano e rural; participar na análise das potencialidades dos recursos naturais com vistas ao seu aproveitamento racional; promover a execução de programas visando à criação e administração de parques e reservas florestais; e executar as atividades de fiscalização da pesca, por delegação do Governo Federal.

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina — UDESC, tem por objetivos específicos o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, científica, tecnológica e artística.

Por fim a Fundação de Ciência e Tecnologia — FUNCITEC tem por objetivos: definir anualmente as áreas prioritárias para pesquisas e demais atividades científicas e tecnológicas e as políticas, diretrizes e estratégias para o setor; estímulo, acompanhamento e avaliação dos projetos de pesquisas e atuar em cooperação com outras instituições para a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas e ensino, dentre outras atividades relacionadas à ciência e tecnologia.

3.2.1 Análise Consolidada dos Balanços

A tabela a seguir mostra o resultado da movimentação orçamentária das receitas inicialmente previstas e as efetivamente arrecadadas, bem como das despesas inicialmente fixadas e as efetivamente realizadas (*balanço orçamentário*), com os respectivos créditos adicionais e as efetivamente realizadas:

TABELA 3.2.1
RESULTADO DA MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA — 2004

FUNDAÇÃO	RECEITA		DESPESA				RESULTADO EXECUÇÃO ORÇAMEN- TÁRIA
	PREVISTA	ARRE- CADADA	FIXADA	CRÉDITOS ADICIONAIS	AUTORIZADA	REALIZADA	
FCC	470	265	8.366	(314)	8.052	7.689	(7.424)
FESPORTE	5.376	4.430	8.576	1.485	10.060	5.105	(674)
FCEE	178	406	9.486	21.375	30.861	26.938	(26.532)
FATMA	6.236	4.582	23.416	(275)	23.141	14.867	(10.285)
UDESC	67.848	8.622	164.373	(3.088)	161.285	97.088	(88.466)
FUNCITEC	5.500	4.738	76.080	(33.256)	42.824	18.322	(13.584)
TOTAL	85.608	23.044	290.296	(14.073)	276.223	170.010	

■ Fonte: Balanços Gerais das Fundações — 2004.

Para o exercício de 2004, as Fundações Estaduais tiveram suas receitas orçamentárias previstas num valor total de R\$ 85,61 milhões, sendo que ao final do exercício financeiro arrecadaram R\$ 23,04 milhões, representando 26,92% do total das receitas orçamentárias inicialmente previstas.

As despesas orçamentárias autorizadas somaram R\$ 276,22 milhões, tendo no decorrer do exercício financeiro executado R\$ 170,01 milhões, representando 61,54% do total das despesas orçamentárias autorizadas para o período.

Ao confrontar as receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas com as despesas orçamentárias realizadas no exercício de 2004, verificou-se déficit de execução do orçamento conjunto das Fundações Estaduais no valor de R\$ 146,97 milhões.

A movimentação do fluxo de entradas e saídas orçamentárias e extra-orçamentárias das Fundações (*balanço financeiro*), no exercício de 2004, foi a seguinte:

TABELA 3.2.2
RESULTADO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA — 2004

Em R\$ 1.000

UNIDADE	RECEITA				DESPESA			
	ORÇAM.	EXTRA-ORÇAM.	TRANSF. FINANC.	TOTAL	ORÇAM.	EXTRA-ORÇAM.	TRANSF. FINANC.	TOTAL
FCC	265	17.983	7.558	25.836	7.689	18.120	0	25.809
FESPORTE	4.430	12.031	3.065	19.561	5.105	12.327	5	17.437
FCEE	406	60.101	26.321	86.829	26.938	59.890	0	86.829
FATMA	4.582	35.080	10.437	50.246	14.867	34.142	1.108	50.117
UDESC	8.622	238.420	99.161	346.963	97.088	237.551	0	334.639
FUNCITEC	4.738	55.541	17.664	78.308	18.322	56.843	36	75.201
Total	23.044	419.156	164.207	607.743	170.010	418.873	1.149	590.032

■ Fonte: Balanços Gerais das Fundações — 2004.

Nota: Transferências Financeiras: Cotas de Despesas recebidas do Tesouro.

As fundações receberam do Tesouro (cotas de despesas recebidas) o montante de R\$ 164,21 milhões no exercício de 2004. A UDESC teve a maior receita disponível entre as fundações.

A tabela seguinte mostra a movimentação patrimonial (*balanço patrimonial*) das Fundações Estaduais no decorrer do exercício de 2004:

TABELA 3.2.3
SALDO PATRIMONIAL — 2004

Em R\$ 1.000

FUNDAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			SALDO PATRIMONIAL
	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	
FCC	37	11.778	11.815	499	89	588	11.227
FESPORTE	2.288	826	3.113	100	11	111	3.003
FCEE	15	1.779	1.795	538	90	628	1.166
FATMA	131	5.088	5.220	323	374	697	4.523
UDESC	12.961	26.787	39.748	3.463	40	3.502	36.246
FUNCITEC	4.892	4.227	9.118	2.014	33	2.048	7.071

■ Fonte: Balanços Gerais das Fundações — 2004.

Verifica-se que todas Fundações Estaduais apresentaram seus ativos superiores aos passivos. Destaque-se que a UDESC, ao final do exercício, mantinha ativo real líquido de R\$ 36,25 milhões.

A seguir mostram-se as movimentações das *variações patrimoniais* das fundações estaduais:

TABELA 3.2.4
RESULTADO PATRIMONIAL — 2004

Em R\$ 1.000

UNIDADE	VARIÁÇÕES ATIVAS						VARIÁÇÕES PASSIVAS				
	RESULTANTES RECEITA ORÇAM.	MUTAÇ. PATRIM.	COTAS RECEB.	INDEP. EXEC. ORÇAM.	DÉFICIT	TOTAL	RESULTANTES DESP. ORÇAM.	MUTAÇ. PATRIM.	INDEP. EXEC. ORÇAM.	SUPE- RAVIT	TOTAL
FCC	265	473	7.344	378	0	8.461	7.689	0	566	206	8.461
FESPORTE	4.430	759	2.957	320	0	8.466	5.105	0	877	2.485	8.466
FCEE	406	703	26.196	206	(146)	27.658	26.938	0	720	0	27.658
FATMA	4.582	443	10.015	3.072	(959)	18.112	14.867	0	4.203	0	19.070
UDESC	8.622	5.465	93.802	8.299	0	116.188	97.088	0	5.440	13.660	116.188
FUNCITEC	4.738	134	17.201	552	0	22.626	18.322	0	204	4.100	22.626
Total	23.044	7.978	157.515	12.828	(1.105)	201.365	170.010	0	12.010	19.346	201.365

■ Fonte: Balanços Gerais das Fundações — 2004.

Com exceção da FCEE e FATMA, as demais fundações apresentaram saldo patrimonial superavitário.

3.2.2 Análise Consolidada das Receitas e Despesas Orçamentárias

Demonstra-se a seguir a Receita Orçamentária arrecadada pelas fundações estaduais.

TABELA 3.2.5
RECEITA ORÇAMENTÁRIA DAS FUNDAÇÕES — EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000

Titulos	FCC	FESPORTE	FCEE	FATMA	UDESC	FUNCITEC	TOTAL	%
Receita Orçamentária	265	4.430	406	4.582	8.622	4.738	23.044	100,00
Receitas Correntes	265	4.430	406	4.582	6.648	4.738	21.069	91,43
Receita Patrimonial	154	133	10	25	958	219	1.498	6,50
Receita Serviços	101	141	0	4.426	4.896	0	9.564	41,51
Transferências Correntes	0	4.076	367	120	0	4.441	9.005	39,08
Outras Receitas Correntes	10	80	28	10	794	79	1.002	4,35
Receitas de Capital	0	0	0	0	1.974	0	1.974	8,57
Transferências Capital	0	0	0	0	1.974	0	1.974	8,57
Participação Percentual	1,15	19,23	1,76	19,88	37,42	20,56	100,00	-

■ Fonte: Balanços Gerais das Fundações.

A Receita Orçamentária é composta pelas Receitas Ordinárias — aquelas que apresentam continuidade na arrecadação (Receitas Correntes) — e pelas Receitas Extraordinárias, cujo caráter é transitório e inconstante (Receitas de Capital).

Com base na Classificação da Receita, prevista na Lei Federal nº 4.320/64 e na Portaria Interministerial nº 163/01-STN/SFC/SRF, nota-se que do montante

arrecadado nas Categorias Econômicas, destacam-se as Receitas Correntes, que correspondem ao maior volume de arrecadação (R\$ 21,07 milhões), representando 91,43% da Receita total. Nessa Categoria, a Subcategoria Econômica Receita de Serviços, teve maior relevância (R\$ 9,56 milhões), participando com 45,39%.

A Categoria Econômica Receita de Capital, com valor arrecadado de R\$ 1,97 milhão e participação de 8,57% da Receita Orçamentária total, foi integralmente representada pela Subcategoria Transferências de Capital.

Destaca-se que as principais fontes de receitas próprias de cada Fundação estadual, no decorrer do exercício de 2004, foram as seguintes:

- FCC — Receita Patrimonial (Aluguéis) — 56,70%;
- FESPORTE — Transferências Correntes (União) — 92,01%;
- FCEE — Transferências Correntes (Convênios) — 90,54%;
- FATMA — Receitas de Serviços (Serviços Administrativos) — 96,61%;
- UDESC — Receitas de Serviços (Serviços Administrativos e Educacionais) — 56,55%;
- FUNCITEC — Transferências Correntes (Convênios da União) — 93,73%.

As variações nas Receitas Orçamentárias das Fundações, de forma consolidada, tomando-se os últimos seis anos, estão detalhadas na tabela seguinte:

TABELA 3.2.6
EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DAS FUNDAÇÕES —
CONSOLIDADO — VALORES CONSTANTES
EXERCÍCIOS DE 1999 A 2004

Em R\$ 1.000

TÍTULOS	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Receita Orçamentária	10.881	100,00	14.170	100,00	22.314	100,00	28.451	100,00	18.980	100,00	23.044	100,00
Receitas Correntes	9.191	84,47	10.422	73,56	17.756	79,57	25.605	89,99	17.892	94,27	21.066	91,43
Receita Contribuições	25	0,23	23	0,16	28	0,13	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Receita Patrimonial	392	3,60	891	6,29	1.799	8,06	1.366	4,80	1.541	8,12	1.498	6,50
Receita Industrial	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Receita Serviços	6.555	60,24	6.511	45,95	11.859	53,15	19.342	67,98	12.388	65,27	9.564	41,51
Transferências Correntes	666	6,12	641	4,52	1.984	8,89	2.252	7,92	2.119	11,16	9.005	39,08
Outras Receitas Correntes	1.553	14,27	2.357	16,63	2.085	9,34	2.644	9,29	1.846	9,72	1.002	4,35
Receitas de Capital	1.690	15,52	3.747	26,44	4.559	20,43	2.847	10,01	1.087	5,72	1.978	8,57
Operações de Créditos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Amortização Empréstimos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transferências Capital	1.690	15,53	3.747	26,45	4.559	20,43	2.847	10,01	1.087	5,73	1.978	8,57
Relação de Crescimento	111,79		62,63		3,27		-19,01		21,41		-	

■ Fonte: Balanços Gerais das Fundações.
Inflator: IGP-DI (médio).

Houve um acréscimo na arrecadação de 21,41%, confrontando-se a Receita Orçamentária do exercício de 2003 com a de 2004, sendo 17,33% superior a média dos anos de 1999 a 2004, que foi de R\$ 19,64 milhões.

Já o aumento de 81,60% verificado nas Receitas de Capital, deveu-se ao acréscimo das Transferências de Capital à Fundação UDESC, decorrente de repasses de convênios.

As receitas orçamentárias são as denominadas de receitas próprias, decorrentes da venda de serviços e outras situações previstas em lei que rendem recursos financeiros para as entidades. No entanto, no caso das fundações, essas receitas revelam-se muito aquém das necessidades financeiras para atendimento dos objetivos das entidades, resultando na necessidade do Tesouro do Estado complementar os recursos. No exercício de 2004, o Tesouro do Estado transferiu R\$ 164,21 milhões às fundações, por meio de Quotas de Despesas (transferências financeiras), visando a consecução de suas finalidades institucionais, conforme mostra a tabela seguinte:

TABELA 3.2.7
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DAS
FUNDAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000

TÍTULOS	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	%	TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS DO TESOUREIRO	%	RECEITA TOTAL	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	RESULTADO
FCC	265	0,14	7.558	4,04	7.823	7.689	134
FESPORTE	4.430	2,37	3.065	1,64	7.495	5.105	2.391
FCEE	406	0,22	26.321	14,06	26.727	26.938	(211)
FATMA	4.582	2,45	10.437	5,57	15.019	14.867	152
UDESC	8.622	4,60	99.161	52,96	107.783	97.088	10.695
FUNCITEC	4.738	2,53	17.664	9,43	22.403	18.322	4.080
TOTAL	23.044	12,31	164.207	87,69	187.250	170.010	17.241

■ Fonte: Balanços Gerais das Fundações.

As Quotas do Tesouro representaram 87,69% do aporte de recursos para as fundações estaduais, contra 12,31% de recursos próprios (Receitas Orçamentárias).

A tabela seguinte mostra as *despesas orçamentárias* das Fundações:

TABELA 3.2.8
DESPESA ORÇAMENTÁRIA DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000

TÍTULOS	FCC	FESPORTE	FCEE	FATMA	UDESC	FUNCITEC	TOTAL	%
Despesa Orçamentária	7.689	5.105	26.938	14.867	97.088	18.322	170.010	100,00
Despesas Correntes	7.454	5.090	26.617	14.137	90.210	13.541	157.048	92,38
Pessoal e Encargos Sociais	3.551	833	22.453	8.768	60.239	591	96.435	56,72
Outras Despesas Correntes	3.903	4.257	4.164	5.369	29.971	12.950	60.613	35,65
Despesas de Capital	235	15	322	730	6.879	4.781	12.961	7,62
Investimentos	235	15	322	730	6.879	4.781	12.961	7,62
Participação Percentual	4,52	3,00	15,85	8,74	57,11	10,78	100,00	-

■ Fonte: Balanços Gerais das Fundações.

A Despesa Orçamentária, que compreende todos os gastos havidos pelas fundações no período, totalizou R\$ 170,01 milhões. Deste total, 92,38% referem-se às Despesas Correntes e 7,62% às Despesas de Capital. Os gastos com

Pessoal e Encargos Sociais correspondem a 61,40% do montante das Despesas Correntes e deste, 38,60% a Outras Despesas Correntes.

Do total da Despesa Orçamentária, a maior parte da execução ocorreu na UDESC (57,11%) e na FCEE (15,84%), totalizando 72,95%.

Já em relação ao gasto total das Despesas de Capital, as Fundações UDESC e FUNCITEC incorreram em 89,96%. Os percentuais individuais foram: 1,81% (FCC), 0,12% (FESPORTE), 2,48% (FCEE), 5,63% (FATMA), 53,07% (UDESC) e 36,89% (FUNCITEC). O Elemento Investimentos abarcou todos os recursos de capital despendidos pelas fundações.

A FCEE teve um déficit orçamentário total da ordem de R\$ 211 mil no exercício de 2004, o que demonstra que foram empenhadas despesas sem que houvesse cobertura de recursos.

A variação da Despesa Orçamentária consolidada das fundações mantidas pelo Estado, nos últimos seis anos, está informada na tabela seguinte:

TABELA 3.2.9
EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DAS FUNDAÇÕES —
CONSOLIDADO — VALORES CONSTANTES
EXERCÍCIOS DE 1999 A 2004

Em R\$ 1.000

TÍTULOS	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Despesa Orçamentária	82.827	100,00	96.804	100,00	126.119	100,00	158.586	100,00	150.244	100,00	170.010	100,00
Despesas Correntes	81.901	98,88	89.989	93,15	112.443	89,16	141.090	88,97	141.548	94,21	157.048	92,38
Pessoal e Encargos Sociais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	73.140	46,12	78.692	52,38	96.435	56,72
Pessoal	42.726	51,58	46.175	47,80	49.202	39,01	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Material de Consumo	2.717	3,28	3.809	4,01	5.904	4,68	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Serv. de Terceiros e Encargos	23.900	28,85	26.278	27,20	41.792	33,14	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Despesas de Correntes	127	0,15	310	0,32	2.681	2,13	67.950	42,85	62.856	41,84	60.613	35,65
Transferências Correntes	12.431	15,01	13.356	13,83	12.865	10,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Despesas de Capital	926	1,12	6.616	6,85	13.675	10,84	17.497	11,03	8.696	5,79	12.961	7,62
Investimentos	926	1,12	6.615	6,85	13.675	10,84	17.497	11,03	8.696	5,79	12.961	7,62
Inversões Financeiras	0	0,00	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transferências de Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

■ Fonte: Balanços Gerais das Fundações.
Inflator: IGP-DI (médio).

As Despesas Orçamentárias, do exercício de 2003 para 2004, tiveram acréscimo da ordem de 13,16%. Já, se tomarmos como referência o exercício de 1999, no ano de 2004 houve um aumento da Despesa Orçamentária de 105,26%.

3.3 FUNDOS ESPECIAIS

Nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 4.320/64, os fundos especiais são constituídos pelo produto de receitas especificadas por lei vinculado à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares

de aplicação. Nos termos do inciso IX do artigo 167 da Constituição Federal, a criação de fundos especiais depende de lei.

No exercício de 2004, vinte e nove Fundos Especiais integraram a Administração Estadual, que apresentaram o seguinte resultado das Contas Operacionais do Exercício:

TABELA 3.3.1
CONTAS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO POR FUNDO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

FUNDO	SIGLA	RECEITA ORÇAMENTÁRIA + COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO
Fundo Estadual de Saúde	FES	436.203.366,38	549.163.030,69	(112.959.664,31)
Fundo de Reparelhamento da Justiça	FRJ	30.238.980,70	28.097.228,16	2.141.752,54
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	FSP	56.099.677,24	57.435.015,19	(1.335.337,95)
Fundo Rotativo de Material	FRM	6.341.453,97	5.797.234,29	544.219,68
Fundo Especial Modernização e Reap. do M P	FER-MP	5.701.325,29	3.474.414,70	2.226.910,59
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	FUPESC	4.548.983,73	30.503.785,89	(25.954.802,16)
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	FDR	8.629.470,95	8.213.166,25	416.304,70
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	FUMPOM	64.660.610,20	67.797.124,91	(3.136.514,71)
Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparelhamento	FUNJURE	1.559.573,03	1.189.804,90	369.768,13
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	FT	977.344,20	859.299,80	118.044,40
Fundo Estadual para o Desenvolvimento do Desporto de SC	FEDESC	23.911.697,90	939.103,29	22.972.594,61
Fundo Estadual de Sanidade Animal	FESA	618.765,57	176.555,80	442.209,77
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	FRPCH	530.958,71	525.246,16	5.712,55
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	FRPF	231.747,73	236.199,97	(4.452,24)
Fundo Estadual de Assistência Social	FAS	1.979.856,37	2.886.049,11	(906.192,74)
Fundo Esp. do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento dos Funcionários do Ministério Público do Estado de SC	FECEAF — MP	218.744,98	174.653,04	44.091,94
Fundo para Restituição de Bens Lesados	FRBL	197.072,33	113.523,80	83.548,53
Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba	FRPC	182.585,03	169.765,03	12.820,00
Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	FEPEMA	60.651,81	294.377,98	(233.726,17)
Fundo Estadual de Defesa Civil	FUNDEC	2.119.896,39	2.144.500,56	(24.604,17)
Fundo para Infância e Adolescência	FIA	45.980,19	131.630,18	(85.649,99)
Fundo Estadual de Habitação Popular	FEHAP	15.659,02	0,00	15.659,02
Fundo Estadual de Transportes	FET	7.965,54	7.000,00	965,54
Fundo de Esforço Fiscal	FEF	622.905,15	622.905,15	0,00
Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado	FEPA	3.469.553,53	1.569.553,53	1.900.000,00
Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	FEIC	220.000,00	140.000,00	80.000,00
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	FADESC	0,00	0,00	0,00
Fundo Estadual de Recursos Hídricos	FEHIDRO	0,00	0,00	0,00
Fundo Pró-Emprego	FPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL		649.394.825,94	762.661.168,38	(113.266.342,44)

■ Fonte: Balanços Gerais dos Fundos.

Além da receita orçamentária (receita própria prevista em lei), os Fundos tiveram à disposição mais R\$ 334.219.503,10, resultantes de transferências do Tesouro (Cotas de Despesas Recebidas), resultando no montante de R\$ 649.394.825,94 de receitas disponíveis no exercício.

Receita Orçamentária são os tributos, as rendas, as transferências, as alienações, os retornos de empréstimos e as operações de créditos por prazo superior a doze meses. A arrecadação das receitas deste grupo depende de autorização legislativa que é a própria Lei Orçamentária.

As despesas autorizadas para os Fundos foram de R\$ 960.597.060,49, empenharam no exercício R\$ 762.661.168,38, restando um saldo orçamentário de R\$ 197.935.892,11.

O déficit de execução orçamentária (receita — despesa orçamentárias) foi de R\$ 113.266.342,44 no exercício de 2004.

O Fundo Estadual de Saúde foi o que mais contribuiu para o déficit orçamentário de execução, com R\$ 112.959.664,31, ou seja, 99,73% do déficit total.

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural que tem como competência constituir-se em fonte de recursos financeiros para a execução das ações e instrumentos de políticas agrícolas previstos nos planos anuais e plurianual de desenvolvimento rural; e tornar-se fonte para execução de ações emergenciais, definidas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, tinha orçamento inicial de R\$ 98.783.550,00 para o exercício de 2004, mas as anulações reduziram para R\$ 66.160.565,01. Ainda empenhou despesas no valor de R\$ 8.213.166,25, ou seja, 12,41% do disponível.

No projeto Geração de Trabalho e Renda por meio de Reflorestamento, que visa fixar o agricultor a terra, não houve execução de despesa, apesar estar disponível orçamento anual de R\$ 21.500.000,00.

Em relação ao projeto Geração de Trabalho e Renda, o Tribunal de Contas realizou auditoria de Gestão, que constituiu o Processo AOR — 03/00444133, onde foi verificado que até outubro de 2002 haviam sido beneficiados 12.404 pequenos agricultores, plantados 11.469,50 hectares de florestas e investidos cerca de R\$ 15.443 milhões. O Tribunal emitiu a seguinte Decisão quando do julgamento do referido Processo:

6.2. Recomendar à Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural que:

6.2.1. viabilize o ingresso das demais 27.596 famílias, para atingir a meta de 40.000 famílias que era prevista até 2002;

...

Assim foi encaminhado o memorando nº 003/2004, de 26/04/04, ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural solicitando informações sobre o programa. Por meio do Ofício nº 585/2004 de 29/04/2004, informa o Deputado Moacir Sopelsa — Secretário de Estado:

A não continuidade do Projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda deu-se por falta de orçamento para honrar as parcelas do financiamento a que os agricultores tinham direito. O orçamento de 2003 mostrava a quantia de R\$ 1.600.000,00

pela fonte 00 e R\$ 12.000.000,00 pela fonte 10, esta última quantia proveniente do Governo Federal, através de emendas parlamentares, que foi contingenciada em outubro de 2002. Visando buscar os recursos federais previstos nas emendas parlamentares, a Secretaria da Agricultura e Política Rural refez e reencaminhou os projetos que já se encontravam no Ministério do Meio Ambiente, porém não obteve sucesso. Sendo assim, esta Secretaria ficou sem orçamento para saldar os débitos do Projeto em 2003 e não havia perspectiva orçamentária e financeira para ampliar o número de produtores no Projeto.

Ainda com relação à entrada de novos beneficiários no Projeto, foi encaminhada proposta de suspensão ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, que a acatou por meio da Resolução nº 006/2003, de 07/04/2003.

Durante o ano de 2003 o Estado deixou de repassar R\$ 17.278.420,00 às famílias enquadradas no Projeto e que estavam aptas a receber as parcelas do financiamento naquele ano. Por esse valor, nota-se que o orçamento de R\$ 1.600.000,00 não era suficiente para pagar nem 10% do montante da dívida. A seguir, projeção de pagamentos do Projeto de 2003 a 2006.

Ano	Projeção de Pagamento Total (R\$)
2003	17.278.420,00
2004	14.277.640,00
2005	8.800.400,00
2006	2.384.260,00

Os agricultores que já implantaram seu projeto continuam recebendo assistência técnica por parte dos extensionistas rurais da Epagri dos respectivos municípios.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no parecer prévio sobre as contas do Estado do exercício de 2003 — Processo PCG nº 04/01703657 — recomendou ao Poder Executivo:

Realizar aporte de recursos para os contratos já firmados relativos ao Projeto Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento, celebrados pelo Governo de acordo com a Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1993, e Resolução do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural nºs 010/1999 e 011/2001.

Em resposta à solicitação do Tribunal de Contas Ofício de nº 2.222/2005, de 03/03/2005) quanto às medidas adotadas pelo Governo do Estado sobre o assunto, o deputado Moacir Sopelsa — Secretário de Estado da Secretaria da Agricultura e Política Rural — por meio do Ofício nº 394/2005, de 28 de março de 2005, limitou-se a anexar cópia da Resolução nº 007/2004/SAR/Cederural, que dispõe

sobre a liberação mínima de parcelas aos beneficiários do projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda e cópias de compromissos financeiros urgentes.

A não liberação das parcelas de financiamento previstas nos contratos com as famílias participantes no Projeto, compromete sua continuidade, a imagem do Estado quanto à liquidação dos compromissos assumidos com a sociedade, e a fixação das famílias de agricultores a terra, uma vez que este projeto visa criar alternativas de trabalho e renda para o pequeno agricultor catarinense, incentivar a preservação ambiental e diminuir o êxodo do campo.

3.4 EMPRESAS ESTATAIS

Na Lei complementar nº 243 de 30 de janeiro de 2003, que estabelece a Estrutura Administrativa do Poder Executivo, em seus artigos 77 a 89, constava doze sociedades constituídas na forma de economia mista, incluindo subsidiárias. Não estavam contempladas as sociedades de economia mista BESCOR S/A — Besc Corretora de Seguros e Administradora de Bens, INVESC — Santa Catarina Participações e Investimentos S/A, REFLORESC — Reflorestadora Santa Catarina S/A e CODISC — Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina, estando estas duas últimas em processo de liquidação desde 1993 e 1995, respectivamente. Porém não foram extintas. Pela Lei Complementar nº 9.831/95, revogada pela LC nº 243/03, integravam a Administração Estadual.

Estas Sociedades são partes integrantes da administração pública indireta, dotadas de personalidade jurídica própria. Para melhor avaliação do desempenho, as dezesseis sociedades de economia mista ou subsidiadas efetivamente existentes, incluindo a BESCOR, INVESC, REFLORESC e CODISC foram classificadas, de acordo com suas áreas de atuação, em Financeira, de Infra-Estrutura, Econômica e Social, conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 3.4.1
RELAÇÃO DAS EMPRESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

SETOR	EMPRESAS	SIGLA
FINANCEIRO	BADESC — Agência Catarinense de Fomento SA	BADESC
	BESCOR S/A — Besc Corretora de Seguros e Administradora de Bens	BESCOR
	Santa Catarina Participações e Investimentos S/A	INVESC
	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento SA	CASAN
	Centrais Elétricas de Santa Catarina AS	CELESC
INFRA-ESTRUTURA	Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina	CIASC
	Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação SA	IAZPE
	Santa Catarina Turismo AS	SANTUR
	Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina SA	CEASA-SC
	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola da Santa Catarina SA	CIDASC
ECONÔMICA	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina SA	CODISC
	Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina ⁽¹⁾	CODISC
	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina SA	EPAGRI
	Reflorestadora Santa Catarina SA	REFLORESC
	Companhia de Gás de Santa Catarina SA	SC GÁS
SOCIAL	Companhia de Habitação de Santa Catarina SA	COHAB-SC

■ Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras — 2004.

(1) Em liquidação.

3.4.1 Aspectos Econômicos e Financeiros das Empresas Estatais

A apreciação das contas das Sociedades de Economia Mista do Estado foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras do exercício. Foram analisados de forma individual e consolidada os *Balanços Patrimoniais* e as *Demonstrações de Resultados* apuradas pelas empresas, relativamente ao exercício de 2004. Foram calculados e interpretados, de forma consolidada, os Índices Financeiros de Liquidez Corrente, Seca e Solvência Geral, bem como os Índices Econômicos de Endividamento Total, Garantia de Capital de Terceiros, Relação de Dívidas de Curto Prazo com Totais e com Terceiros, Grau de Imobilização do Capital Próprio, todos relativos ao exercício de 2004. Por último, apresenta-se análise individual das atividades operacionais das Empresas de Economia Mista produtoras e/ou distribuidoras de bens de consumo.

A Constituição Estadual em seu artigo 59 estabelece que o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual.

As Sociedades de Economia Mista, cujo controle acionário pertence ao Estado de Santa Catarina, estão sujeitas às normas estabelecidas na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O artigo 176 da citada Lei estabelece que ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I — Balanço Patrimonial;
- II — Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- III — Demonstração do Resultado do Exercício; e
- IV — Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Destacam-se aqui alguns aspectos relativos aos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações do Resultado do exercício, consolidados, e outros aspectos pertinentes às sociedades de economia mista.

No *Balanço Patrimonial*, as contas são classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira do conjunto das companhias. O Balanço Patrimonial é constituído pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

No *Ativo*, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados; ali estão representados os bens e direitos da companhia. A posição ao exercício de 2004 era a seguinte:

TABELA 3.4.2
COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DAS EMPRESAS ESTATAIS,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Em R\$								
EMPRESAS	ATIVO TOTAL	%	CIRCULANTE	%	REALIZÁVEL	%	PERMANENTE	%
FINANCEIRO								
BADESC	800.444.000,00	13,11	289.380.000,00	17,59	504.079.000,00	32,21	6.985.000,00	0,24
BESCOR	3.341.862,82	0,05	2.845.942,93	0,16	0,00	0,00	695.919,89	0,02
INVECO	193.649.421,83	3,17	8.214.054,09	0,50	185.435.367,74	11,85	0,00	0,00
SUBTOTAL	997.435.284,65	16,33	300.239.997,02	18,25	689.514.367,74	44,06	7.680.919,89	0,26
INFRA-ESTRUTUR								
CASAN	1.219.155.000,00	19,96	104.203.000,00	6,33	8.164.000,00	0,52	1.106.788.000,00	38,21
CELESC	3.117.850.000,00	51,06	1.113.556.000,00	67,69	757.773.000,00	48,42	1.246.521.000,00	43,03
IAZPE	10.521.792,12	0,17	108.005,29	0,01	8.803,52	0,00	10.404.983,31	0,36
SANTUR	3.950.081,24	0,07	1.595.650,08	0,10	27.873,86	0,00	2.326.557,30	0,08
CIASC	24.573.569,00	0,40	8.833.439,00	0,54	683.693,00	0,04	15.056.437,00	0,52
SUBTOTAL	4.376.050.442,36	71,66	1.228.296.094,37	74,67	766.657.370,38	48,98	2.381.096.977,61	82,20
ECONÔMICO								
CEASA	4.649.584,85	0,08	787.375,99	0,04	0,00	0,00	3.862.208,86	0,13
CIDASC	48.889.456,11	0,80	7.529.111,03	0,46	17.621.862,06	1,13	23.738.483,02	0,82
CODESC	370.416.034,00	6,07	25.153.133,00	1,53	20.794.390,00	1,33	324.468.511,00	11,20
EPAGRI	25.406.182,00	0,42	6.043.268,00	0,37	1.810.398,00	0,12	17.552.516,00	0,61
S.C.GÁS	215.384.950,00	3,53	64.785.927,00	3,94	13.300.409,00	0,85	137.298.614,00	4,74
REFLORESC	797.460,57	0,01	4.330,69	0,00	0,00	0,00	793.129,88	0,03
CODISC	3.387.102,11	0,05	215.755,10	0,01	3.113.612,43	0,20	57.734,58	0,00
SUBTOTAL	668.930.769,64	10,95	104.518.900,81	6,35	56.640.671,49	3,63	507.771.197,34	17,53
SOCIAL								
COHAB	64.698.163,00	1,06	12.070.289,00	0,73	52.281.576,00	3,34	346.298,00	0,01
SUBTOTAL	64.698.163,00	1,06	12.070.289,00	0,73	52.281.576,00	3,34	346.298,00	0,01
TOTAL	6.107.114.659,65	100	1.845.125.281,20	100	1.565.093.965,61	100	2.896.895.392,84	100

■ Fonte: Balanços patrimoniais remetidos ou publicados pelas empresas estaduais.

No *Passivo* estão registradas as obrigações e serão classificadas na ordem crescente de exigibilidade. O Patrimônio Líquido está dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação, Reservas de Lucros ou Prejuízos Acumulados. A situação das empresas estaduais em 31.12.20004 está retratada na tabela seguinte:

TABELA 3.4.3
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO DAS EMPRESAS ESTATAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Em R\$								
EMPRESAS	TOTAL	%	CIRCULANTE	%	EXIGÍVEL	%	PATRIM. LIQ.	%
FINANCEIRO								
BADESC	800.444.000,00	13,11	155.117.000,00	7,10	363.032.000,00	15,67	282.295.000,00	17,60
BESCOR	3.341.862,82	0,05	1.146.657,35	0,05	2.267.077,03	0,10	(71.871,56)	0,00
INVECO	193.649.421,83	3,17	816.225.576,33	37,34	0,00	0,00	(622.576.154,50)	(38,81)
SUBTOTAL	997.435.284,65	16,33	972.489.233,68	44,48	365.299.077,03	15,77	(340.353.026,06)	(21,21)
INFRA-ESTRUTURA								
CASAN	1.219.155.000,00	19,96	265.514.000,00	12,15	274.789.000,00	11,86	678.852.000,00	42,32
CELESC	3.117.850.000,00	51,06	741.590.000,00	33,93	1.455.244.000,00	62,80	921.016.000,00	57,42
IAZPE	10.521.792,12	0,17	470.834,38	0,02	4.039.621,16	0,17	6.011.336,58	0,38
SANTUR	3.950.081,24	0,07	5.223.560,21	0,24	1.000,00	0,00	(1.274.478,97)	(0,08)
CIASC	24.573.569,00	0,40	16.904.961,00	0,77	6.172.518,00	0,27	1.496.092,00	0,09
SUBTOTAL	4.376.050.442,36	71,66	1.029.703.355,58	47,11	1.740.246.137,16	75,10	1.606.100.949,61	100,13
ECONÔMICO								
CEASA	4.649.584,85	0,07	262.932,73	0,01	97.541,60	0,00	4.289.110,52	0,26
CIDASC	48.889.456,11	0,80	17.208.858,99	0,79	29.291.486,72	1,26	2.389.110,40	0,15
CODESC	370.416.034,00	6,07	19.610.265,00	0,90	19.483.237,00	0,84	331.322.532,00	20,66
EPAGRI	25.406.182,00	0,42	65.387.419,00	2,99	67.107.834,00	2,90	(107.089.071,00)	(6,68)
S.C.GÁS	215.384.950,00	3,53	72.094.142,00	3,30	55.081.451,00	2,38	88.209.357,00	5,50
REFLORESC	797.460,57	0,01	3,56	0,00	2.960.943,58	0,12	(2.163.486,57)	(0,13)
CODISC	3.387.102,11	0,05	27.707,41	0,00	110.083,00	0,01	3.249.311,70	0,20
SUBTOTAL	668.930.769,64	10,95	174.591.328,68	7,98	174.132.576,90	7,51	320.206.864,05	19,96
SOCIAL								
COHAB	64.698.163,00	1,06	9.019.124,00	0,41	37.649.599,00	1,62	18.029.440,00	1,12
SUBTOTAL	64.698.163,00	1,06	9.019.124,00	0,41	37.649.599,00	1,62	18.029.440,00	1,12
TOTAL	6.107.114.659,65	100	2.185.803.041,96	100	2.317.327.390,09	100	1.603.984.227,60	100

■ Fonte: Balanços patrimoniais remetidos ou publicados pelas empresas estaduais.

O ativo total das empresas, consideradas em seu conjunto, somava R\$ 6,10 bilhões em 31 de dezembro de 2004. Embora o Estado seja o acionista majoritário, grande parte do ativo pertence a terceiros, por meio de ações sem direito a voto.

O total do Passivo também somava R\$ 6,10 bilhões. Todavia, o patrimônio líquido era de R\$ 1,60 bilhão. O restante R\$ 4,50 bilhões se referia a débitos de curto e longo prazos das empresas.

As empresas com maiores ativos são a CELESC (R\$ 3,12 bilhões), CASAN (R\$ 1,22 bilhões), BADESC (R\$ 800 milhões), CODESC (R\$ 370,42 milhões) e SC-GÁS (R\$ 215,38 milhões).

A INVESC apresentava ativo de R\$ 193,65 milhões, mas seu passivo de R\$ 816,23 milhões resulta em passivo real a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 622,58 milhões. Cabe destacar que a INVESC tem por objetivo administrar carteira de debêntures lançadas no mercado e captar os recursos para promover investimentos. Contudo, vem acumulando constantes prejuízos, em face da apropriação de despesas com juros incidentes sobre as debêntures, despesas administrativas etc., e de outro lado auferir apenas receitas financeiras incidentes sobre o capital inicialmente captado.

A BESCOR, também do setor financeiro, igualmente estava com patrimônio negativo de R\$ 71,87 milhões.

No caso da EPAGRI, que apresenta Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 107,09 milhões, cabe esclarecer que a natureza das atividades da empresa, voltada ao fomento ao Setor Primário da Economia Catarinense, não permite auferir receitas consideráveis, dependendo de recursos do Tesouro do Estado. O mesmo fenômeno ocorre com a CIDASC.

A tabela seguinte apresenta quadro comparativo da composição dos Balanços Patrimoniais Consolidados no período 1999/2004, corrigidos com a aplicação do Índice de Preços Acumulados, no período IGP — DI Médio:

TABELA 3.4.4

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DO ATIVO E PASSIVO/PATRIMÔNIO
LÍQUIDO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA — 1999 A 2004

Em R\$ mil

CONTAS	1.999	%	2.000	%	2.001	%	2.002	%	2.003	%	2.004	%
ATIVO	9.069.231	100,00	8.565.536	100,00	8.828.453	100,00	8.095.814	100,00	6.351.107	100,00	6.107.114	100,00
CIRCULANTE	2.350.022	25,91	862.582	13,14	1.005.043	14,72	1.053.230	17,28	1.414.116	22,26	1.645.125	26,94
REALIZ. A LONGO PRAZO	2.950.608	32,53	2.139.072	32,58	2.361.845	34,59	1.734.478	28,45	1.714.007	26,99	1.565.094	25,63
PERMANENTE	3.768.601	41,56	3.563.882	54,28	3.461.565	50,69	3.308.105	54,27	3.222.984	50,75	2.896.895	47,43
PASSIVO	9.069.231	100,00	8.565.536	100,00	8.828.453	100,00	8.095.814	100,00	6.351.107	100,00	6.107.114	100,00
CIRCULANTE	3.895.776	42,96	1.559.048	23,75	1.757.034	25,73	1.703.171	27,94	2.015.508	31,73	2.185.803	35,79
EXIGÍVEL LONGO PRAZO	2.187.390	24,12	2.119.577	32,28	2.497.113	38,57	2.729.213	44,78	2.684.982	42,28	2.317.327	37,94
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.985.906	32,92	2.886.911	43,97	2.574.306	37,70	1.663.429	27,28	1.650.616	25,99	1.603.984	26,26
RESULTADO EX. FUT.	159	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00

■ Fonte: Contas Governo: 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e Demonstrações de Resultados remetidas / publicadas pelas empresas estaduais 2004.

Infator: IGP-DI (dezembro).

Nota-se que o patrimônio líquido global vem reduzindo ao longo dos exercícios. Além disso, o Passivo Exigível a Longo Prazo cresceu, o que significa elevação progressiva das obrigações contraídas com vencimentos após o término do exercício subsequente, ou seja, dívidas de longo prazo.

A *Demonstração de Resultado do Exercício* é a apresentação em forma resumida das operações realizadas pelas empresas, durante o exercício social, de forma a destacar o resultado líquido do período, cujo objetivo é fornecer aos usuários das demonstrações financeiras das empresas os dados básicos e essenciais da formação do resultado. A seguir o quadro representa a composição do resultado obtido pelas Sociedades de Economia Mista do Estado:

TABELA 3.4.5

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO OBTIDO PELAS EMPRESAS DO ESTADO
DE SANTA CATARINA POR SETOR DE ATUAÇÃO — 2004

Em R\$

EMPRESAS	RECEITAS OPERACIONAIS	CUSTOS E DEDUÇÕES	DESPESAS OPERACIONAIS	RESULTADO OPERACIONAL	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	PROVISÃO R/CONT. SOCIAL	LUCRO/ PREJUÍZO
FINANCEIRO							
BADESC	132.308.000,00	0,00	110.020.000,00	22.288.000,00	(3.388.000,00)	(8.233.000,00)	12.667.000,00
BESCOR	2.010.403,19	40.210,62	2.700.627,12	(730.434,55)	0,00	(3.746,60)	(734.181,15)
INVESC	0,00	0,00	160.640.882,20	(160.640.882,20)	3,27	0,00	(160.640.878,93)
SUBTOTAL	134.318.403,19	40.210,62	273.561.509,32	(139.283.916,75)	(3.391.743,33)	(8.233.000,00)	-148.908.060,08
INFRA-ESTRUTURA							
CASAN	355.477.000,00	269.157.000,00	79.876.000,00	6.444.000,00	16.280.000,00	(2.106.000,00)	20.618.000,00
CELESC	3.919.315.000,00	3.037.678.000,00	689.816.000,00	191.821.000,00	14.679.000,00	(5.531.000,00)	200.969.000,00
IAZPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANTUR	10.410.740,33	0,00	13.735.361,04	(3.324.610,71)	136.670,26	0,00	(3.187.940,45)
CIASC	44.631.157,00	38.067.990,00	7.668.887,00	11.085.720,00	11.102,00	0,00	(1.074.618,00)
SUBTOTAL	4.329.833.897,33	3.344.892.990,00	791.086.238,04	193.854.669,29	31.196.772,26	(7.637.000,00)	217.324.441,55
ECONÔMICO							
CEASA	1.141.358,08	363.037,01	1.284.792,54	(506.471,47)	0,00	0,00	(506.471,47)
CIASC	88.168.843,85	57.683.724,34	31.296.582,20	(761.462,69)	421.858,23	0,00	(339.604,46)
CODESC	10.998.995,00	1.541.282,00	7.029.064,00	2.427.740,00	20.388,00	0,00	2.448.128,00
EPAGRI	140.062.448,00	502.991,00	153.121.452,00	(7.561.997,00)	184.047,00	0,00	(7.377.950,00)
S.C.GÁS	276.713.311,00	193.576.373,00	16.659.981,00	66.476.977,00	(27.689,00)	(20.776.538,00)	47.672.750,00
REFLORESC	0,00	0,00	2.657.849,35	(2.657.849,35)	0,00	0,00	(2.657.849,35)
CODESC	22.875,85	0,00	342.290,52	(319.604,67)	0,00	0,00	(319.604,67)
SUBTOTAL	525.127.629,78	253.667.467,35	212.362.881,61	59.097.340,82	598.484,23	(20.776.538,00)	38.919.207,05
SOCIAL							
CCHAB	6.816.731,00	4.481.905,00	10.433.968,00	(10.099.203,00)	9.776.266,00	0,00	(322.937,00)
SUBTOTAL	6.816.731,00	4.481.905,00	10.433.968,00	(10.099.203,00)	9.776.266,00	0,00	(322.937,00)
TOTAL	4.994.096.661,36	3.693.082.573,97	1.287.444.596,97	163.569.490,34	38.689.699,16	(34.646.538,00)	107.012.651,52

■ Fonte: Demonstrações de Resultados remetidas ou publicadas pelas empresas estaduais.

Com relação à comparação dos resultados obtidos pelas empresas estatais no período 1999 a 2004, é necessário destacar que foi utilizado para efeito de atualização dos dados o Índice de Preços Acumulados IGP-DI Médio, para o período 1999 a 2003:

TABELA 3.4.6

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS PELAS EMPRESAS,
EM VALORES CONSTANTES — 1999/2004

Em R\$ 1.000

CONTAS	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Receita Operacional	3.461.212	2.995.949	3.238.531	3.725.950	4.242.674	4.994.096
Custos e Deduções	(2.070.019)	(702.392)	(859.221)	(1.021.932)	(1.464.712)	(3.603.082)
Despesas Operacionais	(1.817.747)	(2.426.143)	(2.392.105)	(3.405.358)	(2.607.751)	(1.287.445)
Resultado Operacional	(426.554)	(132.586)	(12.795)	(701.340)	170.211	103.569
Resultado não Operacional	(6.997)	85.386	33.704	(44.032)	(4.967)	38.089
Provisão p/ Imposto de Renda	(136)	(9.395)	(40.377)	150.901	(70.237)	(34.646)
Participações e Contribuições	(9.028)	(8.536)	(8.335)	0	0	0
LUCRO/PREJ. DO EXERCÍCIO	4.442.715	(65.131)	(27.803)	(594.471)	95.007	107.012

■ Fonte: Contas Governo: 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e Demonstrações de Resultados remetidas/publicadas pelas empresas estaduais 2004.

Inflator: IGP-DI (médio).

Em relação ao exercício de 2004, destacam-se os resultados positivos (lucro) das empresas CELESC (R\$ 200,9 milhões), SCGÁS (R\$ 47,6 milhões) e CASAN (R\$ 20,6 milhões). O BADESC teve lucro de R\$ 12,67 milhões.

As demais empresas de economia mista — BESCOR, INVESC, SANTUR, CIASC, CEASA, CIDASC, EPAGRI, REFLORESC, CODISC e COHAB — apresentaram Resultado Negativo (prejuízo).

A INVESC apresentou novo prejuízo de R\$ 160,8 milhões. A EPAGRI e a SANTUR também apresentaram resultados negativos, porém são esperados tais resultados em razão das suas atividades não propiciarem receitas expressivas.

Ressalte-se a situação da estatal REFLORESC, que embora esteja em liquidação a longa data, sem estar operando, apresentou prejuízo no período de R\$ 2,6 milhões, originado do provisionamento, no exercício, de valor relativo a indenizações e ações judiciais.

A tabela seguinte refere-se aos índices obtidos individualmente pelas empresas do Estado no exercício de 2004.

TABELA 3.4.7
ÍNDICES CONTÁBEIS RESULTANTES DA ANÁLISE DOS BALANÇOS
NO EXERCÍCIO DE 2004

SETOR	EMPRESAS	ÍNDICES CONTÁBEIS					
		LC	LG	SG	ET	GCT	ICP
FINANCEIRO	BADESC	1,87	1,53	1,55	0,65	0,55	0,03
	BESCOR	2,31	0,98	0,98	1,02	(0,02)	(9,68)
	INVESC	0,01	0,01	0,24	4,22	(0,76)	0,00
INFRA-ESTRUTURA	CASAN	0,39	0,21	2,26	0,44	1,26	1,63
	CELESC	1,50	0,85	1,42	0,71	0,42	1,35
	IAZPE	0,23	0,03	2,33	0,43	1,33	1,73
	SANTUR	0,31	0,31	0,76	1,32	(0,24)	(1,82)
	CIASC	0,53	0,41	1,07	0,94	0,07	10,06
ECONÔMICO	CEASA	2,99	0,73	12,90	0,08	11,90	0,90
	CIDASC	0,44	0,54	1,05	0,95	0,05	9,94
	CODESC	1,28	1,18	9,48	0,11	8,47	0,64
	EPAGRI	0,09	0,06	0,19	5,22	(0,81)	(0,16)
	S.C.GÁS	0,90	0,61	1,69	0,59	0,69	1,56
	REFLORESC	1,216,49	0,01	0,27	3,71	(0,73)	(0,37)
SOCIAL	CODISC	7,79	24,16	24,58	0,04	23,58	0,02
	COHAB	1,34	1,38	1,39	0,72	0,39	0,02

■ Fonte: Demonstrações de Resultados remetidas / publicadas pelas empresas estaduais 2004.

Legenda: LC — Liquidez Corrente; LG — Liquidez Geral; SG — Solvência Geral; ET — Endividamento Total; GCT — Garantia de Capital de Terceiros; RDCP/DTT — Relação de Dívidas de Curto prazo com Dívidas Totais de Terceiros; ICP — Imobilização do Capital Próprio; RCP — Rentabilidade do Capital Próprio; RAFI — Rentabilidade do Ativo Final.

De forma sintética, apresenta-se os objetivos dos índices:

- *Liquidez Corrente* — LC (Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante): Indica a capacidade das empresas saldarem suas dívidas de curto prazo com recursos disponíveis a curto prazo, sendo que verifica-se que nos seis últimos exercícios, a característica comum é a incapacidade das empresas realizarem estes pagamentos com recursos do Ativo Circulante
- *Liquidez Geral* — LG (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo ÷ Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo): Indica a capacidade das empresas saldarem suas dívidas a curto e a longo prazo com recursos disponíveis a curto e a longo prazo, permanecendo a exemplo da análise anterior a incapacidade das empresas saldarem seus compromissos.
- *Solvência Geral* — SG (Ativo Total ÷ Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo): Este índice indica qual a disponibilidade das empresas em satisfazer a quitação de suas dívidas para com terceiros, utilizando todos os recursos expressos no Ativo da empresa. Nesta situação verificou-se que as empresas: BESCOR, INVESC, SANTUR, EPAGRI e REFLORESC não possuem disponibilidades suficientes para saldar os compromissos.
- *Endividamento Total* — ET (Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo ÷ Ativo Total): demonstra que de cada R\$ 1,00 de seu Ativo Total as empresas têm comprometido determinado valor para cobrir suas dívidas. A análise dos índices individuais das empresas revela que a

BESCOR, a INVESC, a SANTUR, a EPAGRI e a REFLORESC apresentam índices superiores a 1,00 indicando que não possuem recursos suficientes no Ativo Total para fazer frente a seus compromissos.

- *Garantia de Capital de Terceiros — GCT* ($\text{Patrimônio Líquido} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}$): este índice demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívidas com terceiros, existe um valor em R\$ de Capital Próprio (Patrimônio Líquido) das empresas, expressando a segurança oferecida aos credores. A verificação dos índices caracteriza dificuldade das empresas oferecerem segurança para seus credores.

A análise dos índices por setores revela que a situação mais crítica está centralizada no Setor Financeiro que possui índice negativo, ou seja, o conjunto de seu Patrimônio Líquido não é suficiente para dar segurança/garantia aos credores. A melhor situação é a do Setor Econômico com índice de 0,92, significando quase garantia total lastreada em seu Capital Próprio dos compromissos junto a credores.

As empresas BESCOR, INVESC, SANTUR, EPAGRI e REFLORESC apresentam índices negativos indicando que não possuem recursos suficientes para dar garantia a seus credores.

- *Imobilização do Capital Próprio — ICP* ($\text{Ativo Permanente} \div \text{Patrimônio Líquido}$): a indicação deste índice é quanto ao percentual do Patrimônio Líquido que está aplicado no Ativo Permanente, sendo a característica comum dos seis exercícios, que o total do Ativo Permanente supera o valor total do capital próprio (Patrimônio Líquido), além disso, parte do capital de terceiros foi aplicado no Ativo Permanente.

Já a análise dos índices individuais das empresas revela que CASAN; CELESC; IAZPE; CIASC; CIDASC e SCGÁS apresentam índices superiores ou iguais a R\$ 1,00 indicando que utilizaram os recursos do Patrimônio Líquido junto ao Ativo Permanente. Em situação adversa encontram-se: BESCOR, SANTUR, EPAGRI e REFLORESC que possui índice negativo.

3.4.2 Outros Aspectos Comuns às Empresas Estatais

3.4.2.1 Demissão de Empregados Aposentados

No ano de 2003, o Ministério Público do Trabalho firmou Ajuste de Conduta com as empresas estatais, determinando o cancelamento do contrato de trabalho com os empregados aposentados e que permaneciam laborando nas empresas. Estavam nesta condição 570 empregados, sendo que deste total, 116 foram demi-

tidos no exercício de 2003 e os demais deveriam ser demitidos no ano de 2004. Porém, em 2004, apenas 65 empregados foram desligados das empresas. A tabela abaixo mostra essa situação:

TABELA 3.4.8

EMPREGADOS APOSENTADOS A DEMITIR, DEMITIDOS E REINTEGRADOS NOS EXERCÍCIOS DE 2003 E 2004

EMPRESAS	APOSENTADOS A DEMITIR*	DEMITIDOS 2003	DEMITIDOS 2004	REINTEGRADOS 2004	AGUARDANDO PRAZO
BADESC	1	0	0	0	1
CASAN	85	85	0	0	0
CEASA	1	1	0	0	0
CELESC	297	0	57	0	240
CIASC	13	13	0	0	0
CIDASC	47	0	0	0	47
COHAB	12	12	0	10	10
EPAGRI	109	0	8	0	101
SANTUR	5	4	0	0	1
TOTAL	570	116	65	10	399

■ Fonte: Dados Informados pelas Empresas.

* Empregados aposentados que permaneceram no emprego.

Alguns empregados ingressaram com ação judicial e as empresas estão aguardando os julgamentos. No caso da COHAB, dos 12 empregados demitidos no ano de 2003, 10 foram reintegrados à companhia por decisão judicial.

3.4.2.2 Ações Trabalhistas

As empresas sofreram demandas trabalhistas, totalizando 3.785 ações, sendo o principal motivo, acordos trabalhistas não honrados por algumas administrações. Durante o ano de 2004, os gastos totais das empresas com demandas trabalhistas atingiram o montante de R\$ 31,92 milhões. Também houve provisão de R\$ 89,97 milhões para cobrir eventuais perdas destas ações. A tabela seguinte mostra a situação por empresa:

TABELA 3.4.9

AÇÕES TRABALHISTAS
AJUIZADAS CONTRA EMPRESAS ESTATAIS

Em R\$ mil

EMPRESAS	QUANTIDADE AÇÕES	PROVISIONAMENTO	PAGAMENTO
CASAN	988	13.316	13.117
CELESC	2218	64.061	6.761
EPAGRI	194	5.259	551
CODESC	45	84	7.849
COHAB	77	427	1.844
CIDASC	123	532	417
CIASC	91	4.393	874
BADESC	40	1.280	0
BESCOR	1	602	0
CEASA	1	14	0
IAZPE	2	19	0
SANTUR	5	0	511
Total	3.785	89.987	31.924

■ Fonte: Dados Informados pelas Empresas.

3.4.2.3 Despesas com Consultorias

As empresas gastaram, no exercício de 2004, o montante de R\$ 7,54 milhões em consultorias, superior em 28,90% em relação ao ano de 2003.

As empresas que apresentaram maiores desembolsos em consultoria foram: EPAGRI (R\$ 710 mil), CASAN (R\$ 610 mil), CELESC (R\$ 5.213 mil) e BADESC (R\$ 655 mil). Enquanto todas as empresas do Estado reduziram gastos com esta rubrica, a CELESC elevou em 291,95%, passando de R\$ 1,33 milhão em 2003 para R\$ 5,21 milhões. A título ilustrativo, esses gastos são 356,32% superiores ao que a COHAB aplicou em habitação.

3.4.2.4 Repasse do Tesouro do Estado

Em 2004, o Estado repassou às empresas o montante de R\$ 240,56 milhões, superior em 19,48% em relação ao ano de 2003. As empresas beneficiadas com recursos do Estado foram:

TABELA 3.4.10
RECURSOS DO TESOIRO TRANSFERIDOS ÀS EMPRESAS ESTATAIS

Em R\$ mil

EMPRESAS	SITUAÇÃO DA EMPRESA	FINALIDADE DO RECURSO	TRANSFERÊNCIAS DO TESOIRO
CASAN	Não Dependente	Honrar dívida — Pagamento parcelas empréstimo BID	9.364
CEASA	Não Dependente	Investimento	776
CELESC	Não Dependente	Investimento — Programa Viva Luz	8.640
CIASC	Não Dependente	Investimento	160
CIDASC	Dependente	Pagamento de pessoal e encargos	66.379
COHAB	Dependente	Pagamento de pessoal e encargos	9.726
EPAGRI	Dependente	Custeio e pagamento de pessoal e encargos	135.887
SANTUR	Dependente	Pagamento de pessoal e encargos	9.632
TOTAL			240.564

■ Fonte: Dados Informados pelas Empresas.

3.4.2.5 Despesas com Pessoal

O total de empregados que compõe o quadro de pessoal das empresas, em 31/12/2004 é de 10.091, e foi gasto o montante de R\$ 641.88 milhões no ano de 2004, com pessoal, distribuídos pelas empresas:

TABELA 3.4.11
DESPESA COM PESSOAL DAS EMPRESAS ESTATAIS

Em R\$ mil

EMPRESAS	Nº EMPREGADOS	VALOR DA FOLHA DE PAGAMENTO — DEZEMBRO/04	TOTAL DESPESA FOLHA NO ANO	MÉDIA ANUAL POR EMPREGADO	MÉDIA POR EMPREGADO
BADESC	67	545	8.279	123.57	9.51
BESCOR	9	78	821	91.22	7.02
CASAN	2.428	10.871	140.045	57.68	4.44
CELESC	3.626	35.635	288.355	79.52	6.12
CIASC	351	1.583	15.570	44.36	3.41
CIDASC	1.163	3.357	43.662	37.54	2.89
CODESC	130	822	9.766	75.12	5.78
COHAB	95	804	9.100	95.79	7.37
EPAGRI	2.134	10.586	122.508	57.41	4.42
SANTUR	75	244	3.016	40.21	3.09
CEASA	13	63	757	58.23	4.48
TOTAL	10.091	64.588	641.879	63.61	4.89

■ Fonte: Dados Informados pelas Empresas.

3.4.2.6 Despesas com Assistência Médica dos Empregados das Estatais

As contribuições das empresas com a assistência médica de seus empregados e dependentes resultaram em desembolso de R\$ 18,85 milhões. A título ilustrativo, o valor é 1.040,53% superior ao que a COHAB investiu em moradias e 56% dos investimentos da CASAN saneamento básico durante todo o ano de 2004. A tabela seguinte retrata a situação:

TABELA 3.4.12
GASTOS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA
DAS EMPRESAS ESTATAIS COM SEUS EMPREGADOS

Em R\$ mil

EMPRESAS	Nº EMPREGADOS	GASTOS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA	GASTOS MÉDIO POR EMPREGADO
BADESC	67	235	3,51
BESCOR	9	20	2,22
CASAN	2.428	5.114	2,11
CELESC	3.626	5.394	1,49
CIASC	351	781	2,23
CIDASC	1.163	1.122	0,96
CODESC	130	350	2,69
COHAB	95	86	0,91
EPAGRI	2.134	1.716	0,80
TOTAL	10.093	14.818	1,47

■ Fonte: Dados Informados pelas Empresas.

As maiores médias de gastos ocorreram no BADESC (R\$ 3,51 mil/ano por empregado), CODESC (R\$ 2,69 mil), CIASC (R\$ 2,23 mil), BESCOR (R\$ 2,22 mil) e CASAN (R\$ 2,21 mil).

3.4.2.7 Repasses às Entidades Ligadas às Estatais

As empresas repassaram às entidades a elas ligadas, o montante de R\$ 26,33 milhões, no ano de 2004, como mantenedoras, que tem por finalidade proporcio-

nar benefícios assistenciais e previdenciários a seus empregados, conforme quadro abaixo:

TABELA 3.4.13
REPASSES ÀS ENTIDADES LIGADAS ÀS ESTATAIS

Em R\$ mil		
EMPRESAS	VALOR REPASSADO	ENTIDADE
CASAN	440	FUCAS
CELESC	14.370	CELOS
CODESC	494	FUSESC
BADESC	381	FUSESC
EPAGRI	10.614	CERES
BESCOR	32	FUSESC
TOTAL	26.331	

■ Fonte: Dados Informados pelas Empresas.

Sobre os repasses efetuados às entidades previdenciários e assistenciais de empregados, o Tribunal Pleno, em sessão de 03/05/2004, analisando os Processos BLA 022607/75 e BLA — 0130407/86, dos exercícios de 1996 e 1997, do CIASC, assim decidiu:

DECISÃO Nº 660/2004

“(…)

6.1 — Julgar irregulares, sem imputação de débito, em caráter excepcional, com fundamento do art. 18, inciso III, alínea b, c/c art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar nº 202/2000, as contas anuais de 1996 referentes a atos de gestão do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A., de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em face de:

(…)

6.1.2 — repasse no valor de R\$ 695.412,00 (seiscentos e noventa e cinco mil quatrocentos e doze reais) realizado para o Instituto Assistencial CIASC-DATUS.

(…)

6.7 — Dar conhecimento do inteiro teor desta deliberação, com remessa de cópia do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam:

(…)

6.7.5 — às sociedades de economia mista CELESC, CASAN, IAZPE, CIDASC, EPAGRI, CODESC, SCGÁS, BADESC, COHAB/SC, SANTUR e CEASA/SC, para que se abstenham de repassar recursos públicos de qualquer natureza para associações de empregados, entidades similares, por contrariar o interesse público, sendo ilegítimos, ressalvados os repasses de recursos na condição de patrocinadoras das entidades fechadas de previdência complementar legalmente constituídas, segundo estabelecido no art. 202, § 3º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20/98, e pela Lei complementar Federal nº 108/2001.

DECISÃO 659/2004

“(…)

6.1 — Julgar irregulares, sem imputação de débito, em caráter excepcional, com fundamento do art. 18, inciso III, alínea b, c/c art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar nº 202/2000, as contas anuais de 1997 referentes a atos de gestão do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A., em face de despesas ilegítimas, por contrariarem o interesse público, e por conflitarem com os princípios da legalidade, da finalidade e da impessoalidade insculpidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, concernentes a repasses nos valores de:

(…)

6.1.2 — R\$ 671.791,59 (seiscentos e setenta e um mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos) realizado para o Instituto Assistencial CIASC-DATUS.

(…)

6.8 — Dar conhecimento do inteiro teor desta deliberação, com remessa de cópia do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam:

(…)

6.8.5 — às sociedades de economia mista CELESC, CASAN, IAZPE, CIDASC, EPAGRI, CODESC, SCGÁS, BADESC, COHAB/SC, SANTUR e CEASA/SC, para que se abstenham de repassar recursos públicos de qualquer natureza para associações de empregados, entidades similares, por contrariar o interesse público, sendo ilegítimos, ressalvados os repasses de recursos na condição de patrocinadoras das entidades fechadas de previdência complementar legalmente constituídas, segundo estabelecido no art. 202, § 3º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20/98, e pela Lei complementar Federal nº 108/2001.

3.4.3 Aspectos Individuais a Destacar em Relação às Empresas Estatais

3.4.3.1 Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A — CELESC

A CELESC tem como principal objetivo a execução da política estadual de eletrificação, que significa: projetar, construir e explorar o sistema de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica. A empresa comercializou, no exercício de 2004, R\$ 3,59 bilhões em energia, com aumento de 27,35% em relação ao ano anterior e 55,81% em relação ao ano de 2002. O Balanço Patrimonial registrou lucro de R\$ 200,97 milhões no exercício de 2004.

O setor industrial foi o maior consumidor de energia em 2004, com R\$ 1,36 bilhões (38,61%). O setor residencial representou 31,14% (R\$ 1,12 bilhões).

Estes dois setores representaram 69,75% da energia elétrica consumida no Estado em 2004.

Para atender a demanda catarinense a CELESC necessitou de 15.236 GWh energia, dos quais, 445 GWh foram produzidos por usinas próprias, correspondente a 2,92% do total da energia disponibilizada.

Do total de energia disponível (15.236 GWh), a CELESC faturou o equivalente a 14.046 MGh. O restante foi considerado perdas técnicas e comerciais, equivalendo a 7,72%.

Os principais fornecedores de energia elétrica à CELESC foram: Tractebel (49,40%); Itaipu (20,60%), Copel (18,00%), Petrobrás (7,40%), Outros (1,30%), produção própria (3,30%).

Em 31 de dezembro de 2004, o débito da CELESC para com os fornecedores de energia era de R\$ 271,32 milhões, representando 12,35% do seu passivo, conforme mostra a tabela abaixo:

TABELA 3.4.14
DÉBITOS DA CELESC COM FORNECEDORES DE ENERGIA

CREDORES — FORNECEDORES DE ENERGIA		Em R\$ mil
VALOR		
Tractebel Energia S.A.	62.856	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	59.367	
Eletrobrás	43.016	
Copel Geração	29.679	
Maesa Machadinho Energética	27.342	
Petrobrás Comercializador	12.959	
Outros	36.102	
TOTAL	271.321	

■ Fonte: Dados Informados pela Celsc.

O valor total a receber de consumidores, em 31 de dezembro de 2004, era de R\$ 629,95 milhões, representando 20,20% do seu ativo. Deste montante, R\$ 286,52 milhões encontravam-se vencidos, apresentando acréscimo de 67,88% em relação ao ano anterior (R\$ 170,66 milhões). A composição dos créditos, em 31/12/2004, estava assim constituída:

TABELA 3.4.15
CRÉDITOS DA CELESC

CATEGORIA DE CONSUMIDOR	Em R\$ mil			
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS ACIMA 90 DIAS	TOTAL
Residencial	64.809	37.618	8.640	111.067
Industrial	100.207	35.187	84.896	220.290
Comércio/Serviços	29.116	16.370	12.651	58.137
Rural	18.143	3.269	5.728	27.140
Poder Público/Iluminação Pública/Serviços Públicos	10.894	19.696	62.460	93.050
Fornecimento não faturado	120.269			120.269
TOTAL	343.438	112.140	174.375	629.953

■ Fonte: Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2004.

A previsão de investimentos para o ano de 2004 era de R\$ 255,09 milhões, conforme informado pela empresa. No exercício de 2004 a CELESC investiu R\$ 214,23 milhões, correspondendo a 83,98% da previsão da empresa. Os investimentos foram assim distribuídos:

TABELA 3.4.16
INVESTIMENTOS DA CELESC EM 2004

Em R\$ mil			
RUBRICA	PREVISTO (LEI)	PREVISTO (EMPRESA)	INVESTIMENTO
Distribuição	391.103	196.731	177.942
Geração	77.547	27.000	691
Instalações Gerais	22.425	31.362	33.564
Eletificação Rural	63.914	0,00	0,00
Participações Societárias	0,00	0,00	2.035
TOTAL	554.989	255.093	214.232

■ Fonte: Dados Informados pela Celesc.

O investimento realizado no exercício de 2004, no setor elétrico, foi superior em 57,30% e 90,31% em relação aos anos de 2003 e 2002, respectivamente.

O valor investido em participação societária se refere à subscrição cotas de ações como participação de capital no Fundo de Investimento Energia PCH-FIP, que controla a Tetrahedron S.A., empresa criada para construções de PCH's — Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A CELESC, no exercício de 2004, praticamente manteve o mesmo número de trabalhadores empregados do seu quadro de pessoal existente no final do exercício de 2003, contando, em dezembro de 2004, com 3.626 empregados.

O gasto com pessoal, no exercício de 2004, foi de R\$ 288,36 milhões, incluindo encargos sociais e previdenciários, superior em 9,29% em relação ao exercício de 2003. Corresponde a 7,36% da receita operacional da CELESC.

Em 31 de dezembro de 2004, tramitavam na Justiça o total de 2.218 ações trabalhistas contra a CELESC. Ante a possibilidade de condenação nestas ações a empresa constituiu provisões no montante de R\$ 64,06 milhões. Além destas provisões, para alguns processos já foram realizados depósitos judiciais no montante de R\$ 23,92 milhões. A empresa desembolsou, com ações trabalhistas, no ano de 2004, o montante de R\$ 6,76 milhões.

A Companhia, na condição de patrocinadora da Fundação CELESC de Seguridade Social — CELOS, entidade de previdência privada sem fins lucrativos, destinou, a título de contribuição patronal, o montante de R\$ 14,37 milhões durante o ano de 2004.

Existe uma dívida registrada na contabilidade para com a CELOS, no montante de R\$ 1,19 bilhão, correspondente a 54,17% do total do passivo da Companhia, discriminada na tabela abaixo:

TABELA 3.4.17
DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA DA CELESC PARA COM A CELOS EM 2004

Em R\$ mil			
DESCRIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
Empréstimo-Contrato nº 09 e 10	19.035	87.247	106.282
Reserva matemática a amortizar	20.408	408.162	428.570
Aquisição Prédio Administração Central	3.119	21.834	24.953
Valores correntes a repassar	9.679	0,00	9.679
Plano de aposentadoria PDVI	25.789	594.956	467.449
Assistência Médica	153.296		153.296
TOTAL	78.030	1.112.199	1.190.229

■ Fonte: Nota Explicativa Nº 16 do Balanço Patrimonial.

A dívida da CELESC para com a CELOS (R\$ 1,08 bilhão), já excluído o valor do empréstimo, corresponde a 606% dos investimentos em geração e distribuição de energia realizados pela companhia no exercício de 2004, e a 104% desses investimentos nos últimos quatro anos.

3.4.3.2 Companhia de Gás de Santa Catarina — SCGÁS

A Companhia de Gás de Santa Catarina S/A — SCGÁS tem como principais objetivos “promover a pesquisa tecnológica e a realização de estudos de viabilidade e de projetos para a implantação dos serviços locais de gás canalizado; promover, adquirir, armazenar, transportar, distribuir e comercializar gás, respeitadas as diretrizes da política energética estadual; promover, diretamente ou através de terceiros, a construção e a operação da infra-estrutura necessária aos serviços de gás”, e tem como missão, fornecer uma alternativa energética mais limpa, eficiente, segura e econômica à sociedade catarinense.

O contrato de concessão para a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos, contados a partir desta data.

No exercício de 2004, a SCGÁS forneceu 388 milhões de metros cúbicos de gás, um aumento de 23,36% em relação ao ano anterior.

A composição de consumo de gás no Estado de Santa Catarina está representada por 89,60% no setor industrial, 10,33% no setor veicular e 0,07% no setor comercial.

A exemplo do exercício anterior, em 2004 a empresa obteve lucro de R\$ 47,67 milhões.

A previsão de investimento para o ano de 2004 era de R\$ 33,61 milhões (informado pela empresa), enquanto a Lei 12.872/04 (Lei Orçamentária), estimou o montante de R\$ 28,71 milhões. A exemplo de outras empresas, constata-se divergência entre a previsão das empresas e a lei orçamentária anual. No exercício a SCGÁS investiu R\$ 27,33 milhões, grande parte destes recursos na implantação de aproximadamente 74 quilômetros de novas redes de distribuição.

3.4.3.3 Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina — COHAB

A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina — COHAB, responsável pela execução da política estadual de habitação popular, concluiu 438 unidades habitacionais no exercício de 2004. Houve uma redução de 47% em relação ao ano anterior.

A necessidade habitacional no Estado de Santa Catarina é de 158.878 unidades, conforme informação prestada pela Companhia. Nos últimos cinco exercícios (2000 a 2004) foram concluídas 3.847 unidades, com média anual de 770 unidades, ritmo incompatível com as necessidades da população do Estado.

O investimento previsto pela empresa para o ano de 2004 era de R\$ 4,05 milhões. No entanto, a Lei do Orçamento do Estado, o investimento para a COHAB foi previsto em R\$ 123,38 milhões, dos quais R\$ 108,95 milhões para habitação. Todavia, foi investido o montante de R\$ 1,65 milhões.

O investimento realizado pela Companhia, no exercício de 2004, correspondeu a 18,16% do seu gasto com pessoal, e a 89,60% da despesa com ações trabalhistas no exercício.

O Tesouro do Estado contribuiu com a COHAB no montante de R\$ 9,73 milhões. Em despesas com pessoal foram utilizados R\$ 9,0 milhões. As despesas com pessoal corresponderam a 86,26% da despesa operacional da companhia.

Por meio de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho, em 12 de agosto de 2003, foram demitidos doze empregados já aposentados e que permaneciam trabalhando na companhia. Porém, por determinação judicial, dez empregados foram reintegrados à Companhia em 19.05.2004, permanecendo nesta condição até decisão do STF sobre a matéria.

Na Justiça do Trabalho tramitam 77 processos contra a Companhia. Para atender essas reclamações trabalhistas houve provisionamento de R\$ 426 mil.

No exercício de 2004 a empresa desembolsou R\$ 1,84 milhão com despesas decorrentes de ações trabalhistas.

3.4.3.4 Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN

A empresa Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, responsável pela execução da política estadual de saneamento básico. Atualmente, explora os serviços públicos de saneamento básico em 215 dos 293 municípios catarinenses.

No exercício de 2004 houve encerramento das concessões nos municípios de Joinville e Fraiburgo. No ano de 2003, dos municípios de Itapema, Itajaí e Lages. Em 2002 o município de Timbó já havia assumido a execução dos serviços.

A empresa atende uma população de 2,6 milhões de habitantes com distribuição de água tratada e 311 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário, correspondendo a 11,96% do pessoal atendido por água tratada.

Em 2004 o Balanço Patrimonial registrou lucro líquido de R\$ 20,62 milhões.

A previsão da empresa para investimento para o ano de 2004 era de R\$ 109,08 milhões. A CASAN investiu R\$ 33,57 milhões, incluindo obras de abastecimento de águas, de esgoto sanitário, em desenvolvimento institucional, na aquisição de máquinas e equipamentos e na execução de projetos e consultoria.

Na área de obras, foram investidos R\$ 14,15 milhões, embora a previsão fosse de R\$ 107,24 milhões. Comparado com exercícios anteriores, houve sensível redução no investimento em obras, de 34,1%, em relação ao ano de 2003, 77,8% em relação ao ano de 2002 e de 70,90% comparado com o ano de 2001.

No exercício de 2004 o Estado repassou o valor de R\$ 9,36 milhões à CASAN para pagamento das parcelas 14 e 15 do financiamento com o BIRD. Esses valores foram contabilizados no Passivo Circulante, no grupo de contas “Outros valores exigível a curto prazo — créditos de órgãos públicos — estadual”. O Tesouro honrou o compromisso para com a instituição internacional.

O quadro de pessoal da CASAN estava constituído de 2.428 empregados, no final do ano. Comparado com o exercício de 2003, houve um acréscimo de 4% (97 empregados), proveniente do concurso realizado em 2001.

A empresa desembolsou R\$ 140,04 milhões com a folha de pessoal no exercício, incluindo encargos sociais, não sendo computado os gastos com previdência

privada e assistência médica, que totalizaram R\$ 9,59 milhões. O gasto com pessoal foi 898% superior ao investimento em obras de saneamento que a CASAN realizou no ano de 2004. Representa 39,39% das receitas operacionais da Companhia.

A Companhia, na condição de patrocinadora da Fundação CASAN — FUCAS, pessoa jurídica de direito privado, assistencial, sem fins lucrativos, provisionou, a título de contribuição, o montante de R\$ 3,88 milhões, e repassou o montante de R\$ 440 mil, durante o ano de 2004.

Além desses valores, a CASAN repassou à FUCAS o valor de R\$ 5,11 milhões correspondente a despesas médicas e odontológicas.

Todavia, existe uma dívida registrada na contabilidade para com a FUCAS, no montante de R\$ 114,71 milhões, correspondente a 21,23% do total do passivo da Companhia, conforme tabela abaixo:

TABELA 3.4.18

DÉBITO DA CASAN PARA COM A FUCAS EM 31/12/2004

Em R\$ mil	
DESCRIÇÃO	TOTAL
Empréstimo concedido pela FUCAS à CASAN	43.574
Programa Auxílio Desemprego — PAD — de características assistenciais	69.306
Programa Incentivo Aposentadoria — PIA — de características previdenciárias	1.829
TOTAL	114.709

■ NOTA EXPLICATIVA Nº 16 DO BALANÇO PATRIMONIAL.

Trata-se de dívidas registradas como de longo prazo.

Sobre o empréstimo com a FUCAS, no valor de R\$ 43,57 milhões, atualizados até 31.12.2004, vencido em outubro de 2000, incidem encargos pelo maior dentre a taxa pré-fixada de 2,36% a.m. e a variação do Índice Geral de Preços de Mercado — IGPM + 1,38% a.m. O contrato prevê a amortização mensal mínima de R\$ 766 mil, mas não vem sendo cumprido.

Encontra-se em andamento 988 ações trabalhistas contra a CASAN, tendo a empresa realizado provisão de R\$ 13,32 milhões. Em 2004 o desembolso em razão de condenação em ações trabalhistas foi de R\$ 13,12 milhões.

Em 2004, a CASAN produziu 224 milhões de m³ de água, sendo utilizada o volume de 118 milhões de m³ de água. A diferença, correspondente a 106 milhões de m³, foi desperdiçada, correspondendo a 47,32 % do volume de água produzida.

A companhia faturou o volume de 149 milhões de m³ de água, superior em 26,27% do volume utilizado (consumido). Esta diferença é decorrente da cobrança da taxa mínima correspondente a 10 m³, ainda que consumidor tenha consumido volume menor, de acordo com o art. 28 do “Regulamento dos Serviços de

Água e Esgotos Sanitários” da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, aprovado pelo Decreto Estadual nº 718 de 25 de novembro de 1999.

Percebe-se dissociação entre as ligações de água (726.386) e as ligações de esgoto (41.272) oferecidas pela CASAN, correspondente a 5,68% das ligações de água.

3.4.3.4.1 — Auditoria Operacional Realizada na Estação de Tratamento de Esgoto Insular de Florianópolis — ETE Insular de Florianópolis

Por meio do Memorando nº 195 deste Tribunal de Contas, de 30/07/2004, foi determinada a realização da Auditoria Operacional no Sistema de Tratamento de Esgoto da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, mais especificamente na Estação de Tratamento de Esgoto Insular de Florianópolis — ETE Insular, localizada na Avenida Gustavo Richard, na cabeceira da Ponte Pedro Ivo Campos, com abrangência do exercício 2003 a outubro de 2004, que ocorreu nos meses de agosto a outubro de 2004.

Quando da Auditoria, a Capital de Santa Catarina possuía quatro Estações de Tratamento de Esgoto — ETE's: ETE da Lagoa da Conceição, que atendia cerca de 3.880 habitantes, com tratamento secundário; ETE área Continental, localizado no bairro Potecas, que atendia 90.000 habitantes, com tratamento em lagoas de estabilização; ETE de Canasvieiras, que atendia 20.160 habitantes, com tratamento secundário; e a ETE Insular, que atendia 132.000 habitantes e representava 36,8% do total de habitantes (358.599) servido por rede de esgoto da CASAN em Santa Catarina.

A ETE Insular teve suas obras iniciadas em janeiro de 1992. A primeira etapa do projeto prevê a capacidade para tratar dejetos produzidos por uma população de 150.000 habitantes. Em uma segunda etapa — ainda não executada — a ETE poderá atender até 225.000 habitantes, sem ocupar novas áreas. A previsão inicial de projeto é para autonomia de vinte e um anos e, com a segunda etapa, mais oito anos. A ETE Insular foi inaugurada em 03 de outubro de 1997, com o início do atendimento da bacia “A”. Posteriormente, a rede coletora e as estações elevatórias foram ampliadas, com o qual o atendimento foi levado a diversas outras regiões.

A auditoria operacional no Sistema de Esgoto Insular tinha por objetivo verificar a capacidade de coleta da ETE Insular, analisar o tratamento dado ao esgoto coletado, bem como identificar o tipo de odor que exalava da ETE e suas consequências, verificando se os esgotos produzidos estavam sendo devidamente coletados e tratados, de acordo com os padrões ambientais.

Os principais aspectos considerados no trabalho foram as análises laboratoriais do afluente e efluente, o estado que se encontravam os resíduos sólidos e o seu destino final e o odor que ocorre nas proximidades da ETE.

Como resultado do trabalho, concluiu-se que:

- a) a ETE Insular estava dentro da sua capacidade de coleta de esgoto em relação às Bacias em que é realizada a coleta. Todavia, a sua capacidade estava no limite, necessitando de obras de ampliação, que já deveriam estar concluídas em 2005;
- b) os efluente, através das variáveis estudadas, não estavam sendo tratados de forma adequada;
- c) a retirada, armazenamento e tratamento dos Resíduos Sólidos — material grosseiro removido do gradeamento — não atendiam aos padrões que o Manual da ETE exige;
- d) o processo de retirada da areia do tanque desarenador não atendia aos critérios de retirada, armazenamento e tempo de limpeza, estabelecidos pelo Manual da ETE;
- e) o excesso de lodo desidratado (torta) não vinha sendo retirado entre abril e setembro de 2004, sendo despejado no mar, em razão dos constantes extravasamentos dos decantadores da Estação. Durante dezenove dias do mês de julho, houve retirada do excesso de lodo desidratado, porém foi depositado em local impróprio (terreno no Município de Palhoça), confirmado por meio de inspeção *in-loco* no dia 19/10/04, presente a vigilância sanitária do Município de Palhoça;
- f) existência indevida de odor (que não deveria extrapolar os portões da Estação de Tratamento, conforme seu manual) proveniente da detenção de efluente, por tempo superior ao previsto, no percurso das tubulações e nas elevatórias, decorrente do freqüente desligamento das bombas de recalque.

Além disso, a Licença Ambiental de Operação — LAO da ETE Insular estava vencida desde janeiro de 2002, existindo, contudo, um pedido de renovação pela CASAN à FATMA. Até a finalização do Relatório a LAO ainda não havia sido expedida.

Também foram constatadas outras situações comprometedoras, como os custos operacionais elevados e ausência de informações e preenchimento dos Relatórios Diários de Operação da Estação, além de outros problemas específicos retratados no Relatório.

Baseado no Relatório de Auditoria Operacional, o Tribunal Pleno, na sessão de 20/12/2004, no Processo AOR 04/05801564 exarou a Decisão nº 4174/2004, nos seguintes termos:

6.1. Conhecer do Relatório de Auditoria Operacional realizada na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, com abrangência sobre o sistema de esgoto insular de Florianópolis — exercícios de 2003 e 2004.

6.2. Conceder à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, para que apresente a este Tribunal de Contas um plano de ação estabelecendo prazos para a adoção de providências visando à regularização das restrições apontadas, relativamente às seguintes determinações e recomendações:

6.2.1. Determinações:

6.2.1.1. retirada do excesso de lodo da Estação de Tratamento de Esgoto — ETE, para evitar a continuação da ocorrência de crime ambiental ocasionado pelo extravasamento nos decantadores e sua mistura ao efluente que é lançado ao mar, com grande grau de poluição, conforme preconizam a Lei Federal nº 9.605/98, a Resolução CONAMA nº 20/86, o Decreto Estadual nº 14.250/81 e o Manual da ETE (itens 6.2.1.3, 6.2.1.4, 6.2.2.3.1 e 6.3.1 do Relatório de Auditoria);

6.2.1.2. tratamento dos esgotos de acordo com as normas ambientais, conforme dispõem a Resolução CONAMA nº 20/86, o Decreto Estadual nº 14.250/81 e o Manual da ETE (item 6.2.1.9 do Relatório de Auditoria);

6.2.1.3. retirada do lodo depositado em terreno particular no Município de Palhoça (Rua Januário Pereira Lima, em frente ao nº 282, no Bairro Pacheco), por caracterizar crime ambiental, conforme determina a Lei Federal nº 9.605/98 e os demais comandos legais em vigor (item 6.2.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2. Recomendações:

6.2.2.1. ampliar a ETE Insular, conforme já previsto no projeto inicial, para comportar as economias que ainda não estão ligadas ao sistema e, também, o crescimento populacional (item 6.1.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.2. intensificar a fiscalização nas economias, juntamente com a Vigilância Sanitária Municipal, nos termos do convênio firmado, a correta ligação do esgoto, inerente às bacias compreendidas pelo sistema (item 3.2 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.3. realizar manutenção preventiva dos equipamentos do sistema (item 6.2.1.1 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.4. efetuar as análises laboratoriais, com a periodicidade e nos locais estabelecidos pelo manual da ETE, levando em conta os horários de pico (item 6.2.1.6 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.5. armazenar, apropriadamente, o material grosseiro do gradeamento, conforme o manual da ETE (item 6.2.2.1.2 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.6. tratar o material grosseiro do gradeamento e o lodo desidratado (torta) conforme o manual da ETE (item 6.2.2.1.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.7. retirar o material grosseiro do gradeamento, a areia do tanque do desarenador e o lodo desidratado (torta), no período determinado pelo manual da ETE (item 6.2.2.1.1 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.8. armazenar o material grosseiro do gradeamento, areia do tanque do desarenador e o lodo desidratado (torta) em recipiente apropriado, e em bom estado, conforme o manual da ETE (itens 6.2.2.2.2.; 6.2.2.1.2 e 6.2.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.9. destinar os resíduos sólidos a aterros sanitários conforme manual da ETE (itens 6.2.2.1.4; 6.2.2.2.4 e 6.2.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.10. efetuar a revisão, estudo e adequação do Relatório Diário da Operação às necessidades da estação, além de preencher e registrar corretamente todas as informações neles contidas (item 6.2.4.1 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.11. efetuar estudos quanto ao reaproveitamento econômico da torta de lodo, em coordenação com a Secretaria Estado de Desenvolvimento da Agricultura e suas empresas, e com a FATMA (item 3.4.3.1 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.12. efetuar estudos buscando as alternativas viáveis no sentido de amenizar os odores que extrapolam os portões da ETE Insular (item 6.2.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.2.13. adequar, com o tempo, os custos de operação e manutenção do Sistema de Tratamento de Esgoto Insular de Florianópolis (item 6.3.3 do Relatório de Auditoria);

6.2.3. determinar ao Controle Interno da CASAN, nos termos do art. 10, II, c/ c os arts. 46, I e V, e 129, I e II, do Regimento Interno deste Tribunal, que

acompanhe as providências adotadas em relação às determinações constantes dos itens 6.2.1 e 6.2.2 desta deliberação e comunique a esta Corte de Contas os seus resultados.

6.3. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório de Auditoria Operacional sobre o sistema de esgoto insular de Florianópolis:

6.3.1. à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN;

6.3.2. à Fundação do Meio Ambiente — FATMA;

6.3.3. ao Gabinete do Governador do Estado de Santa Catarina;

6.3.4. à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

6.3.5. à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente;

6.3.6. à Prefeitura Municipal de Florianópolis;

6.3.7. ao Ministério Público Federal, pelos fatos descritos no item 6.3.1.1 do Relatório;

6.3.8. ao Ministério Público Estadual, pelos fatos descritos no item 6.3.1.1 do Relatório;

6.3.9. à Vigilância Sanitária do Município de Florianópolis.

O Processo AOR 04/05801564 encontra-se em tramitação no Tribunal de Contas, estando em fase de análise das justificativas e providências adotadas pela CASAN.

3.4.3.5 Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina — CODESC

A CODESC é uma sociedade de economia mista destinada a angariar recursos financeiros para o desenvolvimento da política estadual de assistência social e de fomento ao desporto, competindo-lhe, além da administração, regulamentação, operacionalização, fiscalização e exploração, e autorização de serviços de loterias, participar na elaboração e implementação de programas, projetos e estudos técnicos, e desenvolver outras atividades de interesse do Governo do Estado (art. 104 da LC 284/05).

Uma das principais ações de gestão no exercício de 2004 foi a concretização da participação na empresa Sapiens Parque³, empreendimento destinado a oferecer infra-estrutura e espaço para abrigar empreendimentos, projetos e outras iniciativas inovadoras e estratégicas para o desenvolvimento de uma região, e que se distingue por possuir um modelo inovador para atrair, desenvolver, implementar e integrar estas iniciativas, visando estabelecer um posicionamento diferenciado, sustentável e competitivo.

O Sapiens Parque busca integrar os elementos positivos de experiências dentro de uma perspectiva de sustentabilidade, diversidade e competitividade na forma do que está sendo denominado de Parque de Inovação para Promoção do Desenvolvimento Econômico, Social, Tecnológico e Ambiental.

É um Parque de Inovação tangibilizado por um complexo urbano e ambiental formado por empreendimentos científico-tecnológicos, turísticos, empresariais e educacionais que visam prover uma experiência inesquecível para visitantes e clientes através de um conjunto de serviços diferenciados, um ambiente especial e um conceito de aprendizado integrado a entretenimento e aplicação de tecnologias.

O Sapiens Parque também pode ser caracterizado como um programa de desenvolvimento regional envolvendo a criação de um novo centro urbano para Florianópolis, baseado na sustentabilidade social, econômica e ambiental, voltado para produção científica, tecnológica e educativa e a disseminação do conhecimento, e exigindo em sua implementação profundo trabalho de planejamento urbano, arquitetônico, ambiental, econômico, financeiro e jurídico. Sua finalidade extrapola a curiosidade científica e alcança a capacitação das futuras gerações para enfrentar o desenvolvimento equilibrado, a produção de riquezas e a agregação de valor para fazer frente à competitividade do século XXI.

No dia 30 de maio de 2003, a CODESC participou da Assembléia Geral Extraordinária da empresa “Sapiens Parque S/A”, e que visava o aumento do capital subscrito, de R\$ 250 mil para R\$ 153,99 milhões. A CODESC demonstrou interesse na subscrição das ações restantes e que não foram subscritas pelos acionistas constitutivos da companhia, no montante de R\$ 138,59 milhões, integralizadas da seguinte forma:

- a) R\$ 2,00 milhões, em espécie, em quatro parcelas de R\$ 500 mil, que foram integralizadas até dezembro de 2003.

³ Informações sobre o Sapiens Parque obtidas no endereço eletrônico http://www.sapiensparque.com.br/eja_rima/V1_item01_descr_empreendimento.pdf. Disponível em 06 de maio de 2005.

- b) R\$ 2,49 milhões integralizados em dezembro de 2004 (ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2004, da companhia Sapiens Parque S/A, e registros contábeis na CODESC), mediante transferência da conta Diferido para a conta Sapiens Parque S/A, referente ao pagamento à fundação CERTI dos contratos n.ºs. 07/02 e 07/03, constando na referida Ata: “R\$ 2.493 mil, mediante a integralização à Sapiens Parque S/A, na forma de conferência ao capital social, do bem móvel caracterizado por ‘Ambiente de simulação de múltiplas experiências — SIMMEX SAPIENS’ — e Centro Gerencial do Governador Descentralizado, instalado, junto ao Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina”.
- c) R\$ 134,10 milhões referentes à integralização do terreno com área de 3.403.509,92 m², situado na estrada geral de Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis. Não há registro de avaliação do terreno, conforme exigido pelo art. 8º da Lei 6.404/76.

Cabe salientar que não houve autorização legislativa para a participação da CODESC, empresa de economia mista, no capital social de outra sociedade privada.

3.4.4 Empresas em Liquidação

No conglomerado das Empresas de Economias Mistas do Estado, duas se encontram na fase de Liquidação Extrajudicial, há longa data: CODISC, desde 13 de setembro de 1989, e REFLORESC, desde 29 de outubro de 1993. Nos Balanços Patrimoniais apresentados não constam informações que permitam concluir que houve evolução positiva no sentido de se concluírem tais liquidações. A seguir, breve análise da situação dessas empresas sob a ótica da contabilidade:

3.4.4.1. Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina — CODISC

A Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina — CODISC é uma Sociedade de Economia Mista instituída com o objetivo principal de comercialização de áreas pertencentes aos distritos industriais espalhados em diversos municípios do Estado de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina participa com 99,52% do Capital Social realizado da CODISC. Pela Lei nº 7.724/89, o Poder Executivo ficou autorizado a promover a extinção da CODISC, e, realizado o Ativo e pago o Passivo, os bens, direitos e obrigações remanescentes, inclusive os decorrentes de ações judiciais, seriam absorvidos e incorporados pelo Estado.

Nos termos da Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades Anônimas, o processo de liquidação de empresa inicia-se com a dissolução e nomeação de Liquidante e do Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação. Com a dissolução, a empresa encerra suas atividades, que no caso da CODISC era a comercialização de áreas dos Distritos Industriais, cabendo à Liquidante a realização do Ativo e o pagamento do Passivo.

A Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S/A — IAZPE, é a Liquidante da CODISC, nomeada que foi em 26/04/1995. Ela está autorizada pela Lei nº 9.654/94 a incorporar ao seu patrimônio os bens imóveis da CODISC, localizados em Imbituba e levar à conta de realização de capital subscrito pela CODESC, os valores provenientes da alienação de bens imóveis da CODISC localizados em outros Municípios do Estado de Santa Catarina. Comparando-se os valores apresentados nos Balanços encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004, as variações indicam que pouco se fez para a liquidação da Empresa.

A CODISC encerrou o Balanço Patrimonial em 31/12/2003, com um Ativo total de R\$ 3,39 milhões, um Passivo de R\$ 138 mil e um Patrimônio Líquido de R\$ 3,25 milhões. Registrou prejuízo de R\$ 319 mil. No exercício de 2003 o prejuízo foi de R\$ 161 mil. Os prejuízos acumulados somam R\$ 17,59 milhões. As despesas administrativas (R\$ 322 mil) responderam pela maior parcela do prejuízo no exercício.

Salienta-se que a partir da efetivação da liquidação da CODISC, através de sua dissolução, todos os bens que eram objetos de sua atividade fim, ou seja, áreas pertencentes aos Distritos Industriais, passaram a exigir autorização específica para a sua alienação, com a realização de processo licitatório, como qualquer bem imóvel do Estado, conforme Decisão nº 4027, de 13/12/2000, do Tribunal Pleno desta Casa.

Assim, passados mais de 15 (quinze) anos desde o início do processo, a liquidação não se efetivou, resultando em prejuízo ao Estado, pela dilapidação do patrimônio em despesas correntes.

3.4.4.2. Reflorestadora Santa Catarina S/A — REFLORESC

A Reflorestadora Santa Catarina S/A — REFLORESC, sociedade anônima subsidiária da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina — CODESC, tinha como objeto principal desenvolver as atividades de florestamento e reflorestamento, bem como atividades pertinentes ao campo da engenharia florestal.